



Bunkyo Empresarial

Editado pela Comissão de Relações Empresariais

Nº 12 Julho 2018



*“Brasil osewa ni natta kimochi
wo arawashimashita”.*

*“Expressei meu sentimento de
gratidão ao Brasil”.*

São as palavras do artista
plástico Kazuo Wakabayashi,
autor da logomarca
comemorativa aos 110 anos de
imigração japonesa no Brasil

APRESENTAÇÃO

O Boletim Empresarial edição Nº 12 de julho de 2018 apresenta a saudação da presidente do Bunkyo pelo aniversário dos 110 anos da imigração japonesa, três artigos e breves notas. No primeiro artigo Maria Keiko Taniguchi Yamauti e Deodoro Yamauti relatam fatos da imigração japonesa em Bastos que comemora 90 anos da fundação, o segundo da Patricia Stefani “Os potenciais benefícios de cadastro positivo”, o terceiro “Aspectos econômicos de Filipinas” e o quarto “Nota sobre infraestrutura” são do prof. Akihiro Ikeda. Em seguida, as Notas Diversas abordam as notícias do Brasil, do Japão e internacionais. Nesta edição em homenagem ao aniversário da imigração japonesa apresenta breve nota do início da colonização de Campo Grande e do patrimônio histórico de Alvares Machado ambos baseados no livro “O Imigrante Japonês – história de sua vida no Brasil” de Tomoo Handa que também foi pintor das cenas cotidianas do imigrante no Brasil. No Anexo Estatístico além dos dados publicados insere a série histórica das contas externas do Brasil.

Saudação

Presidente do Bunkyo envia saudação aos leitores pelo aniversário dos 110 anos da imigração japonesa e relata as atividades e os preparativos da comemoração. [pág. 02](#)

Textos

BASTOS aniversário de 90 anos da Fundação

Imigração japonesa em Bastos - Maria Keiko Taniguchi Yamauti e Deodoro Yamauti relatam o início da colonização e a trajetória do desenvolvimento econômico e social da atual Bastos. [pág.04](#)

A festa do aniversário será em julho com a presença das autoridades e participação da comunidade. Bastos sediou em junho o FIB regional (Fórum de Integração dos Bunkyos). Em setembro sediará o Bunkyo Rural.

Os potenciais benefícios do Cadastro Positivo – proposta da Lei 212/2017 e seus benefícios a sociedade dos bons pagadores é comentada pela Patricia Stefani. [pág. 11](#)

Aspectos econômicos das Filipinas – prof. Ikeda analisa os aspectos econômicos de Filipinas baseado no texto dos autores Jean Felipe e Gemma Estrada, país ainda pouco conhecido por nós. [pág. 12](#)

Nota sobre Infraestrutura – resenha do prof. Ikeda apresenta os resultados positivos obtidos com o investimento público no estudo realizado na amostra de 79 países em desenvolvimento. [pág. 17](#)

Notas Diversas

Notícias – síntese de notícias do Brasil, Japão e internacionais. [pág. 21](#)

Colonização – história da colonização da imigração japonesa de Campo Grande. [pág. 29](#)

Curiosidades – Brasil e Japão semelhanças e coincidências. [pág. 32](#)

Patrimônio histórico em Alvares Machado. [pág. 30](#)

- A Política trecho do “Quincas Borba”. [pág. 33](#)

Anexo Estatístico – [pág. 35](#)



110 Anos, momento para ressaltar nossa gratidão

(*) Harumi Arashiro Goya

Desde os primeiros meses de 2017 estamos envolvidos no projeto de comemoração do 110º aniversário da imigração japonesa, em 2018.

Depois de constituída a Comissão para Comemoração dos 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil, antes de pensar em eventos, o primeiro desafio foi com a arrecadação dos recursos para viabilização do que viesse a ser planejado.

Contando com a experiência e a incrível disposição de Yoshiharu Kikuchi, presidente do Comitê Executivo, em conjunto com os integrantes da Comissão para Comemoração; a busca de recursos estendeu-se para diferentes frentes – patrocínio junto às empresas, doação por meio do Livro de Ouro e venda de dois Sorteios Filantrópicos realizados graças aos apoios da Toyota (que doou o carro híbrido Prius), da Honda (carro Civic, moto e gerador de energia) e da Fast Shop (diversos produtos eletrônicos).

Confesso que não foi fácil bater de porta em porta para convencer empresas, empresários, organizações, entidades, entre outros, do significado desta comemoração a ponto de conseguir sua colaboração financeira. Ao mesmo tempo, outra frente de intensos trabalhos foi a venda dos bilhetes dos Sorteios, oferecendo a possibilidade de os compradores se candidatarem a valiosos prêmios, contando para tanto com o voluntário trabalho de diversas entidades da comunidade nipo-brasileira e de pessoas naturais que aderiram ao esforço de realização de uma digna celebração.

Felizmente, conseguimos nos aproximar dos objetivos fixados. Certamente conseguimos condições de realizar – agora no mês de julho – uma comemoração a altura daquilo que planejamos.

Além da prestigiosa presença da princesa Mako, representando a Família Imperial do Japão; o sucesso do evento poderá ser garantido também pela presença de altas autoridades do Brasil e do Japão. Além da

cerimônia, destacamos algumas apresentações, como o Grande Show Artístico e a do cantor japonês Kazufumi Miyazawa.

Ao conceber os eventos comemorativos dos 110 Anos, tivemos como um dos propósitos demonstrar a nossa calorosa gratidão aos imigrantes pioneiros, às gerações antecessoras que, graças ao sacrifício e dedicação de cada um deles, formaram uma comunidade nipo-brasileira que goza do mais alto conceito nesta sociedade. Ao mesmo tempo, ressaltar nossa gratidão a este país que acolheu os imigrantes japoneses, dando-lhes condições para desenvolverem suas atividades.

Outra preocupação da Comissão foi a de promover a aproximação e fortalecer a união na própria comunidade por meio de uma série de ações. Podemos citar, por exemplo, a escolha do local para realizar a comemoração oficial: o Festival do Japão, evento promovido pelas associações de províncias. A proposta foi a de criar sinergia com este Festival, considerado o maior evento do gênero na América Latina. Na realidade, poderíamos escolher outro local e até outra data, mas a intenção foi a de juntar forças e promover uma festa ainda maior!

Aliás, o Grande Show Artístico também foi montado com esse mesmo espírito – são 38 grupos que se uniram para juntos, ensaiar a coreografia e garantir a qualidade do espetáculo, independente de suas diferenças.

Queria destacar outro item – a preocupação em se deixar um legado dos 110 anos da imigração japonesa, além de uma comemoração oficial. A escolha recaiu sobre o Centro Esportivo Kokushikan Daigaku, localizado em São Roque (SP), uma propriedade de cerca de 24 alqueires, que foi doada ao Bunkyo em 1997.

Nesse local, atualmente, realiza-se o Festival das Cerejeiras Bunkyo, com público crescente a cada edição e que se destaca como um espaço ideal para sediar diferentes realizações, principalmente aquelas envolvendo grande público.

O objetivo é que esta comemoração dos 110 Anos tenha capacidade de gerar recursos suficientes para iniciar a implantação do projeto de ocupação arquitetônica e paisagística do Centro Kokushikan, planejado pelo arquiteto Eiji Hayakawa depois de estudar longamente sobre as condições locais, visto que ele está em uma região de preservação de manancial.

O desafio é executar pelo menos a primeira parte desse projeto e criar condições de sustentabilidade desse local, a fim de que possa ser usufruído tanto pela comunidade nikkei como pela sociedade em geral.

É importante destacar que a celebração dos 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil prossegue até o final de 2018 e, certamente, outras entidades e organizações estarão realizando seus eventos comemorativos, buscando demonstrar o caloroso sentimento da gratidão e inspirando as novas gerações a seguir caminhos semelhantes.

(*) Harumi Arashiro Goya - Presidente do Bunkyo e da Comissão para Comemoração dos 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil



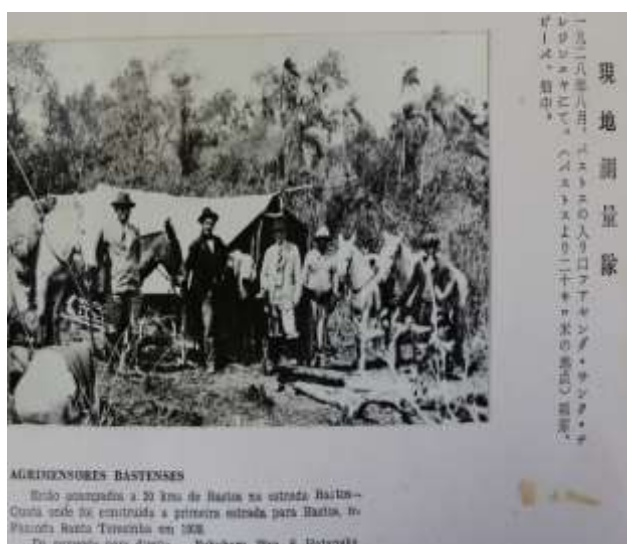
Imigração japonesa em Bastos

(* *Maria Keiko Taniguchi Yamauti* e (**) *Deodoro Yamauti*)

Fundação e início da colonização

Bastos está situada na região da Alta Paulista, sudoeste do Estado de São Paulo, a uma distância de 550 Km da capital paulista e faz limite com os municípios de Iacri, Tupã, Parapuã e Rancharia. Sua população, segundo dados do IBGE de 2010, é de 20.445 habitantes, sendo 82 % na zona urbana. Sua força econômica é a avicultura de postura.

A fundação de Bastos ocorreu no dia 18 de junho de 1928. A área de terras denominada Fazenda Bastos, de propriedade de Sr. Henrique Bastos, deu origem ao nome da cidade, após ser adquirida pelo governo japonês através da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., a BRATAC, órgão representativo da Federação das Associações Ultramarinas das Províncias Japonesas, no Brasil, com objetivo de construir um núcleo de colonização japonesa. O Sr. Senjiro Hatanaka, funcionário do Consulado do Japão em São Paulo e responsável pela busca e aquisição do terreno, foi designado para ser o administrador geral do núcleo de Bastos.



O espaço total da colônia de 12.932 alqueires foi dividido em lotes de 10 alqueires para serem vendidos aos imigrantes vindos diretamente do Japão. O projeto inicial previa a introdução de 900 famílias de imigrantes proprietários agrícolas no período de três anos. Vários fatores, entre eles o rigoroso processo de encaminhamento dos emigrantes pelo governo japonês, fizeram com que a BRATAC passasse a aceitar também imigrantes já residentes no Brasil e que trabalhavam em fazendas de café. Após medidas tomadas pela BRATAC, concedendo facilidades para introduzir mais famílias no núcleo, a meta inicial foi alcançada em 1936 com assentamento de mais de 1000 famílias.

Desde o início da colonização em 1929, a BRATAC equipou o núcleo de Bastos com infraestrutura que incluía alojamento para imigrantes, escola primária, ambulatório médico e fábrica de beneficiamento de arroz, entre outros, benefícios estes que atraíram muitos imigrantes vindos anteriormente como trabalhadores em fazendas de café.

O cultivo do café, plano inicial da BRATAC, precisou ser revisto devido à não adequação do solo, agravada pela forte geada de 1931 e 1932 que destruiu 1/3 dos pés de café e à proibição de novos plantios de café no Estado de São Paulo instituída pelo governo federal.

Em substituição ao café, foi introduzida a cotonicultura, cuja atividade vinha sendo altamente praticada em todo Estado de São Paulo, e na década de 1930, a monocultura de algodão prevaleceu em Bastos. Porém, ao final dessa década, com o enfraquecimento do solo que coincidiu com a queda do preço de algodão, a colônia de Bastos trocou a cotonicultura pela sericicultura.

Uma economia baseada na avicultura

Desde os primórdios da implantação da colonização até os dias atuais, Bastos teve como base a agricultura, iniciando-se pela cultura de café, seguida pela cultura do algodão, do arroz, do feijão e da sericicultura. Antes da II Guerra Mundial, a criação de bicho da seda havia se tornado a principal atividade econômica desta colônia, mas com o fim da segunda Guerra, a redução da demanda e drástica queda do preços do fio de seda, tornou-a inviável. Muitas famílias se mudaram da colônia, e aquelas que nela permaneceram, tendo conhecimento que o solo arenoso e de baixa fertilidade era da pior qualidade para a agricultura, buscaram novas atividades e recomeçaram. Algumas famílias optaram pela fruticultura, outras pela criação de bovinos, e outras pela avicultura de postura.

Foi nesse ambiente de crise e insegurança, que a avicultura aparentava ser uma atividade interessante e capaz de auxiliar no sustento das famílias, pois desde 1935, pioneiros como Sr. Kisuke Watanabe, da Secção Cascata, já criava na época 800 galinhas. Em 1941, Sr. Kazuo Aoyama, plantador de algodão, também morador da Secção Cascata, estimulado pelo Sr. Watanabe, começou a criar galinhas, e em poucos anos, com 7 mil galinhas, foi considerado um exemplo e maior avicultor da região. No livro histórico de 25 anos da fundação de Bastos, página 143, o Sr. Yoshiura relata que antes da guerra havia adquirido do Sr. Kisuke Watanabe, 2.000 pintainhas de um mês, para serem criadas em sociedade com os senhores Okamori, irmãos Inoue, Ueda, Yoshida, Mizobe, e outros, isto é, quantidade notoriamente superior àquela necessária para consumo da própria família. Foi criando entre 100 a 200 galinhas por família, que a maioria iniciou a atividade avícola, surgindo as primeiras granjas de produção de ovos para fins comerciais. Muitos aproveitaram os barracões de bicho-da-seda desativados para criação de galinhas, todos no sistema de criação coletiva (soltas no galpão). A criação era artesanal, desde o preparo da ração, alimentação e coleta de ovos, enfim, todo processo era realizado manualmente e pelas pessoas da própria família.



"MABUSHI"

Onde o bicho da seda forma o casulo. Hoje temos de bambu e plástico para melhor rendimento. Na foto seu aspecto no "mabuashi" de asapé.

萬

現在は竹製マブシ、プラスチック製マブシと改良を見るも、往時はサ
ツベにて各自が竹製なし資家用に充てる。



Fundo galpão de bicho de seda adaptado para aviário do sr. Yabuta



Com o aumento de criadores de galinhas na colônia, aos poucos empresas e cooperativas vieram se instalando e ajustando para atender á demanda criada pela atividade. Entre as cooperativas que deu importante suporte ao setor, citamos a Cooperativa Agrícola de Bastos (Sociedade Cooperativa), Cooperativa Agrícola de Juqueri, Cooperativa Agrícola de Cotia-CAC, Cooperativa Agrícola Sul-Brasil, Cooperativa Agrícola Bandeirantes, que trabalharam na criação de vilas avícolas, instalação de unidades específicas dedicadas à incubação, criadouros de pintainhas e frangas, fábrica de ração, depósitos para limpeza e padronização de ovos, assim como em toda estrutura para comercialização e escoamento da produção de ovos para grandes centros urbanos. Posteriormente, surgiram a Cooperativa Agrícola Mista Granja Bastos, Cooperativa Avícola de Bastos e empresas como Industria de Máquinas Ishibashi, Artabas, Incorbal, Bravisco, Ração Dutra, entre outras. Estabeleceram-se na cidade, diversas empresas comerciais de produtos veterinários, nutrição animal e insumos como a Central Soya, Proteca, Nutribastos, Nutrigranja e Nutrisoja e dezenas de outros.

Paulatinamente, a avicultura de postura continuou evoluindo. Instalações, equipamentos e próprio manejo mudaram com o passar do tempo e as galinhas que eram criadas soltas passaram a ser criadas em gaiolas, que, no início eram de madeira e produzidas artesanalmente, passaram a ser de arame e industrializadas, ganhando cada ano maior escala e músculos. Na medida que alguns criadores cresciam e prosperavam, as cooperativas e empresas que até então cuidavam de toda comercialização de ovos e fornecimento de ração, não davam conta da tarefa ou deixavam de atender a contento suas necessidades. Insatisfeitos, aos poucos se desligavam delas, tornando-se independentes, daí passando cada um a cuidar de todo processo de produção, desde a compra de insumos, fabricação de ração, criação de pintainhas e frangas, padronização e comercialização dos ovos diretamente a varejistas e atacadistas, resultando numa medida que, apesar de trazer mais preocupações trouxe economia e substancial ganho para aqueles que trilham esse caminho.



Antigo aviário de postura





Atual aviário de postura vertical



Atual aviário de postura piramidal



Vista aérea da granja Ueyama - 2018

Nesse lapso temporal, entre o início da avicultura em Bastos até os dias atuais, por mais variadas razões, desajuste às mudanças, crises, dívidas e outros motivos, centenas de avicultores, independentemente do porte de suas granjas, acabaram abandonando essa complexa atividade. O mesmo ocorreu com algumas empresas e cooperativas importantes que, também focadas na avicultura de postura haviam prosperado, não resistiram às mudanças e acabaram desaparecendo.

Quando nos reportamos sobre granjas avícolas de Bastos, torna necessário destacar a Granja Yabuta, um empreendimento de sucesso conduzido pelo Sr. Osamu Yabuta e sua família, com uma trajetória cuja marca é a perseverança, e tem servido de referência e inspiração para os outros avicultores, e também de orgulho para nós descendentes de japoneses. Assim como sucedeu com outras famílias de imigrantes na Colônia de Bastos, diante da grave crise vivida pela sericicultura (criação de Bicho-da-Seda) após a grande guerra mundial, em 1947 iniciou a avicultura com apenas 300 galinhas, prosperou ano a ano, acumulando resultado do trabalho de três gerações, tornou-se o maior produtor de ovos da região, com unidades de produção instalada inicialmente em Bastos, seguindo por Rancharia, João Ramalho, Queiroz, Parapuã e Rinópolis, todos no Estado de São Paulo, e por último em Sinop, Poxoréo, ambos no Estado de Mato Grosso. Acompanhando a tendência da avicultura nacional, cresceu em escala, produtividade, e sempre buscando ser competitivo, boa parte dos processos da Granja Yabuta são hoje automatizados, utilizando instalações e equipamentos cada vez mais modernos com objetivo de reduzir ao máximo o sacrifício e trabalho humano, porém, face sua grandeza, tem sido responsável pela geração de centenas de empregos diretos, destarte, contribuindo diretamente no desenvolvimento econômico e social dessas localidades onde mantém suas granjas. Nas unidades de produção mantidos no Estado de São Paulo e Mato Grosso, a Granja Yabuta mantém um plantel médio superior a 7.000.000 (sete milhões) de aves poedeiras, e na sua folha de pagamento conta com mais de 1.500 empregados.

A Granja Yabuta teve início com o imigrante japonês Sr. Rokunosuke Yabuta, e com seu falecimento em 1953, os três irmãos Srs. Osamu, Norimoto e Hiroshi Yabuta, sucederam e prosseguiram nessa atividade. Ainda durante essa primeira geração de descendentes “nisseis”, com o crescimento e expansão das granjas, a família experimentou outras atividades rurais, porém, mantendo a avicultura de postura como sua atividade principal, e criação de bovinos como atividade secundária. Hoje a família convive sua fase de transição para a segunda geração de descendentes “sanseis”. Somente o sr. Osamu ainda permanece ativo, os demais irmãos cederam suas participações para filhos e sobrinhos Nelson Noboru, Sergio Satoshi, Fabio Hideki e Eduardo Massashi Yabuta, que já integram o grupo, aprimorando e preparando-se para a completa sucessão e continuidade dos negócios.

Hoje, ao celebrarmos os 90 anos da fundação do município de Bastos, segundo o Sr. Yasuhiko Yamanaka, diretor do Sindicato Rural de Bastos, informa que resistindo ao filtro das crises, o número de bastenses dedicados à produção de ovos que superavam a 200, diminuiu para 65 avicultores, dos quais 62 são descendentes de japoneses. Esses avicultores remanescentes, são de segunda a quarta geração de descendentes, com outro perfil, outrora de criador de galinhas, hoje de empresários da avicultura, a maioria com formação superior. Com estrutura, instalações e equipamentos cada vez mais robustos, modernos e automatizados, esses sobreviventes mantêm alojados nas granjas de Bastos e municípios vizinhos, um plantel de 35.612.000 cabeças de aves, sendo 28.700.000 aves em fase de postura e 6.912.000 aves em formação (pintainhas e frangas), com uma produção diária de 24.297.000 ovos, o equivalente a 2.024.750 dúzias ou 67.491,66 caixas com 30 dúzias, sendo responsável por mais de 20% da produção nacional.

Com todo esse porte de empreendimento avícola, Bastos não poderia deixar de sediar a maior festa avícola do país, a tradicional Festa do Ovo, ocasião em que recebe avicultores, técnicos e representantes de empresas fornecedoras de todos os núcleos produtores do país. A Festa do Ovo é um evento oficialmente reconhecido pelo governo do Estado de São Paulo, realizado no Recinto de Exposições Kisuke Watanabe, que consta no calendário de Eventos Agropecuários da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Ao lado da Jornada Técnica e Concurso de Qualidade de Ovos que são realizados no decorrer do evento visando o aprimoramento contínuo da qualidade de ovos, o público em geral pode usufruir da gastronomia típica na ampla Praça de Alimentação e de entretenimentos como shows artísticos e outras atrações.

O mercado de fio da seda, por sua vez, se estabilizou posteriormente e ainda que em escala menor, a Fiação de Seda Bratac continua sendo uma das principais empregadoras de mão de obra local e municípios vizinhos.

Além da avicultura e sericultura, Bastos se destacou também na produção de frutas como melancia e poncã, e mais recentemente, lichia.

Bastos – sede da comarca

Neste ano de 2018, Bastos chega aos 90 anos de sua fundação na condição de sede da comarca.

O núcleo de Bastos foi elevado a distrito em 14 de janeiro de 1936 e em 1938 passou a pertencer ao município de Tupã, à época, comarca de Pompéia.

Em 30 de novembro de 1944, Bastos alcançou sua autonomia política, sendo elevada à categoria de município da comarca de Pompéia.

Em 1945 Bastos passou a pertencer à comarca de Tupã.



Um importante passo para Bastos se transformar em comarca aconteceu em 13 de abril de 1999 com a instalação da Vara Distrital de Bastos.

Em 28 de junho de 2011, foi lançada a Pedra Fundamental para a construção do Fórum de Bastos, cuja inauguração ocorreu em 09 de outubro de 2014 com a presença do desembargador José Renato Nalini, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Nessa data, juntamente com o Fórum Distrital foi instalado o CEJUSC, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Ao prédio forense foi atribuído o nome de “Doutor Issao Nishi”, em homenagem ao notável advogado bastense, pai dos desembargadores Luiz Fernando Nishi e Eduardo Azuma Nishi, ambos do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em 17 de setembro de 2015, o município de Bastos foi elevado à categoria de comarca, tendo sua instalação ocorrida em 27 de junho de 2016. A atuação da prefeita Virgínia Fernandes, à época, foi decisiva na condução dessa conquista, que contou com a fundamental colaboração e assistência do desembargador e bastense notável, Dr. Kazuo Watanabe.

A comemoração desse importante acontecimento foi realizada três meses depois, no dia 16 de dezembro de 2016, com a presença dos desembargadores Kazuo Watanabe, Eduardo Azuma Nishi e Luiz Fernando Nishi, que representou o presidente, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti. Nessa mesma noite, em sinal de agradecimento a todos que colaboraram com a elevação de Bastos à categoria de comarca, a Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Bastos, a ACENBA, realizou uma grande festa no salão social de sua sede, com presença de todos convidados ilustres presentes à comemoração. O jantar, com iguarias da gastronomia japonesa, foi preparado pelo Fujinkai, a Associação de Senhoras da Acenba. Após o jantar, os convidados puderam apreciar apresentações artísticas de canto e bailado japonês executados pelos integrantes da comunidade local.

Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Bastos

A Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Bastos, ACENBA, é o órgão representativo da comunidade japonesa de Bastos e tem uma atuação de destaque na comunidade bastense, sendo responsável pela organização do maior evento local, a Festa do Ovo que é promovida pela Prefeitura Municipal e do Nikkey Fest, outra grande festa do calendário municipal.



A criação da associação japonesa de Bastos remonta aos anos de 1930 com o surgimento de Bastos-Kai, até evoluir para atual ACENBA. Apesar de muitos percalços como a II Guerra Mundial que interrompeu suas atividades por imposição do governo brasileiro, a associação retomou sua função de manter a união e o bem estar da comunidade japonesa de Bastos.

foto - ACENBA

Como guardião da tradição e cultura japonesa em Bastos, anualmente a ACENBA realiza três importantes eventos, quais sejam, o Shinnenkai, Keiroukai e Ireissai.

O Shinnenkai, festa do Ano Novo é realizado na manhã do dia primeiro de janeiro no salão social da sede (kaikan) com a presença de mais de 400 pessoas. Um dos responsáveis pelo sucesso do evento é o avicultor Osamu Yabuta que na sua primeira gestão como presidente da ACENBA em 1999, estendeu o convite do Shinnenkai, antes exclusivo da Secção Centro, para todas famílias da zona rural.

O Keiroukai, festa em homenagem aos idosos, antes realizado pela Prefeitura local a todos os munícipes idosos, passou a ser feito pela ACENBA em 1999, que desde então, não mede esforços para homenagear seus associados idosos dignamente, com um lauto almoço preparado pelas senhoras do Fujinkai e uma lembrança a cada um dos homenageados.

O Ireissai, realizado no dia 18 de junho, data da fundação da cidade, é outra tradição que se mantém acesa em Bastos, com realização de uma cerimônia ecumênica em que se homenageia os antepassados e pioneiros de Bastos, com a presença de representantes de cada instituição, sendo o convite enviado a todos associados.

A ACENBA é uma associação atuante e preocupada com o futuro da entidade e sendo assim, mantém a escola de língua japonesa em suas dependências, e fornece apoio e incentivo a outras atividades culturais e esportivas como a cerimônia de chá, soroban, karaokê, taikô, danças japonesas, bon-odori, radio taissô, judô, beisebol, voleibol e tênis de mesa, entre outras.

A Associação de Senhoras da ACENBA, o Fujinkai, é um importante segmento da ACENBA criado em 1993 na gestão do saudoso presidente Fukashi Takeuchi, para dar suporte às atividades da associação japonesa. Desde sua criação, o Fujinkai, hoje com aproximadamente 100 associadas, tem sido extremamente atuante e participativo, com força predominante em sua gastronomia que costuma ser muito elogiada em todas as ocasiões.

No ano de 2008, em comemoração aos 80 anos de Bastos que coincidiu com o centenário da imigração japonesa no Brasil, a ACENBA publicou o Livro Histórico de 80 Anos de Imigração Nikkei de Bastos, com 365 páginas, originalmente em versão japonesa que, posteriormente, foi traduzido para português, legando assim um importante registro da história de Bastos para gerações posteriores. Neste ano de 2018, em comemoração aos 90 anos de imigração japonesa de Bastos, está em andamento a edição em português de outro livro comemorativo em alusão à data.

Nos 90 anos de sua história, graças aos bravos pioneiros e antigos moradores, Bastos teve importantes conquistas como o Museu Histórico Saburo Yamanaka, obra do ex-prefeito e atual Diretor do Sindicato Rural de Bastos, Sr. Yasuhiko Yamanaka e o Golf Clube de Bastos, o campo de golfe construído pelo Sr. Nelson Tsuneki Yoshiura, falecido precocemente aos 46 anos de idade.

Bastos foi também celeiro de muitas personalidades nikkeis ilustres que se sobressaíram no cenário nacional, dentre as quais, o notável jurista Dr. Kazuo Watanabe referido anteriormente. Sem demérito dos demais, citem-se ainda o Dr. Shigeaki Ueki que ocupou o cargo de Ministro de Minas e Energia do Brasil de 1974 a 1979 e foi presidente da Petrobrás no período de 1979 a 1984, o Coronel Reizo Nishi, primeiro nissei a ingressar na Polícia Militar de São Paulo, e o Dr. Ignácio Tadayoshi Moriguchi, ex-presidente do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil e ex-presidente da Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo (Enkyo).

(*) Maria Keiko Taniguchi Yamauti – Natural de Bastos, licenciatura em Matemática pela USP, trabalhou no Banco Central do Brasil, em Brasília e São Paul na função Analista de Sistemas e aposentou em 1998.

() Deodoro Yamauti** – Natural de Tupã/SP, advogado tributarista foi servidor da Receita Federal do Brasil, em Santo André na função de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional e aposentou em 2004, quando efetivamente regressou para Bastos em 2008.



Os potenciais benefícios do Cadastro Positivo

(*) *Patricia Stefani*

Um sistema financeiro saudável auxilia substancialmente o desenvolvimento econômico. Suas funções fundamentais passam pela produção de informações sobre as alternativas de alocação do capital, a efetiva aplicação dos recursos, o monitoramento dos devedores e a mobilização e canalização da poupança. Para que esse sistema possa funcionar, é imprescindível que regulação e regras claras estejam presentes. Um arcabouço legal bem desenhado permite que os recursos encontrem tomadores de crédito cujo perfil de risco possa ser avaliado da forma mais eficiente possível, e que bons projetos com valor presente líquido positivo sejam realizados, potencializando o crescimento econômico.

A escassez relativa e o custo elevado são características que, historicamente, estiveram associadas à concessão de crédito no Brasil. Com a cristalização da estabilidade econômica e a queda gradual da taxa de juros, o crédito como proporção do PIB apresentou um aumento bastante expressivo, principalmente a partir de 2006, passando de cerca de 30% para pouco mais de 60%, aproximando-se do que se observa nos países economicamente similares.

Em 2011 foi aprovado o cadastro positivo, criando a chamada lista dos bons pagadores, uma melhoria institucional importante cujo intuito era permitir a redução dos juros cobrados nos empréstimos e o estímulo à competição entre as instituições financeiras. Entretanto, ao optar por um modelo “diferente” daquele normalmente implementado em outros países, a medida teve efeitos práticos irrisórios. Ao invés de poder obter a nota de crédito dos tomadores diretamente, como ocorre na maioria dos países que adota este sistema, optou-se por um arranjo onde o próprio consumidor deveria procurar as empresas especializadas para autorizar a sua inclusão no sistema, contrariando toda a experiência internacional sobre o tema (e a vasta literatura de economia comportamental).

Com a aprovação do projeto de Lei 212/17, todos estarão no cadastro positivo e o consulente terá acesso apenas à nota de crédito do tomador, sem acesso a qualquer informação mais detalhada sem anuência prévia. A nova lei é importante, pois um dos grandes problemas que caracteriza esse mercado é a assimetria de informação. O cadastro negativo torna possível identificar o mau pagador, mas a inexistência do registro do bom pagador tende a fazer com que este acabe pagando uma taxa superior àquela que teria acesso caso seu histórico de crédito estivesse disponível. Nada mais justo que aqueles que diuturnamente cumprem as suas obrigações encontrem um meio de divulgar o seu histórico, e é isso que o cadastro positivo visa oferecer. Aqui, cabe destacar que a portabilidade deste histórico é fundamental para que o tomador de empréstimo possa buscar a melhor taxa no mercado e estimular a competição.

Estudos mostram que os países que adotam o cadastro positivo apresentam uma taxa de inadimplência até 43% menor do que aquela registrada nos países que utilizam o cadastro negativo. Outro estudo simulou o que aconteceria caso as regras australianas, onde não há cadastro positivo, fossem aplicadas aos dados americanos, onde ele é adotado. Os resultados falam por si: fixando-se uma meta de inadimplência de 4%, o número de empréstimos concedidos naquele país seria 11,4% menor caso se adotasse o cadastro negativo. Alternativamente, caso uma meta para a taxa de aprovação de crédito seja fixada, a taxa de inadimplência cairia aproximadamente 50%.

Há, ainda, evidências sobre o impacto negativo de se restringir o acesso às informações dos tomadores de crédito. Em 2012, os birôs de crédito no Chile foram obrigados a deixar de reportar o cadastro de inadimplência de 2,8 milhões de chilenos. Um trabalho recente avaliou o impacto dessa intervenção no mercado de crédito chileno e apresentou evidências de que houve redução significativa do acesso ao crédito no país, principalmente dos mais pobres.

Espera-se que a nova lei ajude na redução do spread bancário, já que permite a avaliação de risco mais fidedigna de cada tomador, reduza a incerteza e a inadimplência, e ajude a promover a concorrência entre provedores de crédito que agora terão acesso à mesma informação. Além disso, fomentará a

inclusão financeira ao permitir que pessoas sem relacionamento bancário também tenham uma nota de crédito, tornando mais fácil seu acesso ao mercado de crédito como um todo.

A experiência internacional mostra que o cadastro positivo facilitou o direcionamento do crédito, proporcionou um aumento substancial do crédito aos mais pobres, da variedade dos produtos oferecidos pelas instituições financeiras, bem como a queda dos preços. Além disso, o cadastro positivo beneficia relativamente mais as pequenas e médias empresas, já que as grandes corporações usualmente contam com maior suporte e histórico junto às instituições financeiras. É por essas razões que representa um avanço importante para tomadores e provedores crédito.

Referências

Barron, J. M. e Michael Staten. *“The Value of Comprehensive Credit Reports: Lessons from the U.S. Experience”*, em *Credit Information Systems and the International Economy*, Margaret J. Miller. Cambridge, MA: The MIT Press, 2003.

Liberman, A., Neilson, C., Opazo, L. e Seth Zimmerman. *“The Equilibrium Effects of Asymmetric Information: Evidence from Consumer Credit Markets”*. Working paper, mar/2018.

Ministério da Fazenda. *“Cadastro Positivo: Mitos e Verdades”*, Acessível em http://fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2017/cadastro-positivo_mitos-e-verdades.pdf

(*) **Patricia Stefani** Mestre em Economia pela Universitat Pompeu Fabra e em Estatística pela Columbia University. Contato: patricia.stefani@gmail.com



Aspectos econômicos das Filipinas

(*) **Akihiro Ikeda**

1. Introdução

As Filipinas formam um arquipélago com mais de 7 mil ilhas ao sul da Ásia. O país esteve sob o domínio espanhol de 1521 a 1898 e sob o domínio dos Estados Unidos de 1898 até 1942, ano de sua independência. País pouco conhecido no Brasil. As nossas relações econômicas têm sido pequenas. Seu produto per capita em 2016 foi US\$7,8 mil dólares em PPP, praticamente metade do Brasil. A sua população é de 105 milhões de habitantes, com crescimento anual de 1,7%. Em termos demográficos é um país relativamente jovem. Em 2016, 32,0% da população encontravam-se na faixa de 0 a 14 anos; 63,3% na faixa de 15 a 65 anos e apenas 4,7% acima de 65 anos (Brasil em 2010, respectivamente, 25,5%, 67,7% e 6,8%). A razão de dependência de idosos (percentual da população acima de 65 anos em relação à população de 15 a 65 anos) é de 7,4% nas Filipinas e de 10,0% no Brasil. A população ativa das Filipinas (entre 15 a 65 anos) cresceu à taxa anual de 2,1% entre 2010 e 2016, indicando a relativa abundância da mão de obra nesse país. A tabela abaixo mostra as principais estatísticas:

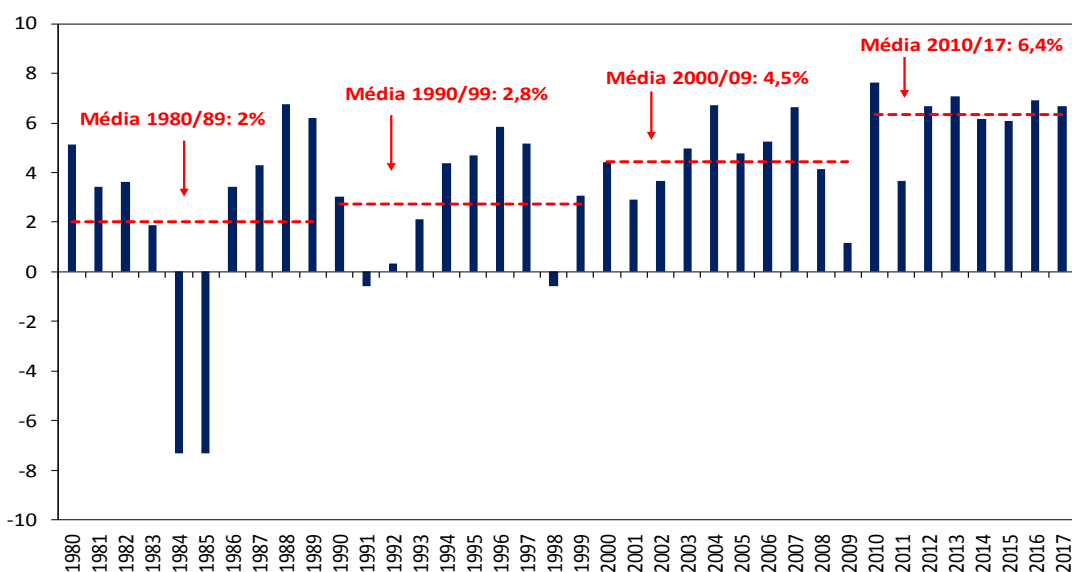
Filipinas: Indicadores econômicos recentes

| | 2015 | 2016 | Média 2010/16 |
|--|------|------|---------------|
| Inflação ao consumidor (% a.a.) | 1,4 | 1,8 | 3,1 |
| Déficit público (% PIB) | 0,9 | 2,4 | 1,9 |
| Dívida bruta (% PIB) | 41,5 | 39,0 | 44,7 |
| Receita tributária (% PIB) | 13,6 | 13,7 | 13,1 |
| Crescimento PIB agrícola (% a.a.) | 0,1 | -1,3 | 1,0 |
| PIB agrícola (% do total) | 10,3 | 9,7 | 11,3 |
| Crescimento PIB industrial (% a.a.) | 6,4 | 8,4 | 7,5 |
| PIB industrial (% do total) | 30,9 | 30,9 | 31,4 |
| Saldo em c/c (% PIB) | 2,5 | -0,3 | 2,7 |
| Reservas internacionais (US\$ bi) | 80,7 | 80,7 | 77,9 |
| Reservas/importações (meses) | 9,9 | 8,8 | 10,5 |
| Dívida externa (US\$ bi) | 77,7 | - | 70,3 |
| Dívida externa/exportações (%) | 98,6 | 92,5 | 96,1 |
| Taxa de desemprego (%) | 6,3 | 5,5 | 6,7 |
| Taxa de investimento (% PIB) | 21,2 | 24,3 | 20,8 |
| Consumo do governo (% PIB) | 10,9 | 11,1 | 10,5 |
| Crescimento demográfico (%) | 1,7 | 1,7 | 1,8 |
| Idosos como % população | 7,2 | 7,4 | 7,0 |

Fonte: FMI, Asian Development Bank e Banco Mundial.

No início da década de oitenta o país, muito dependente do petróleo importado, sofreu duras crises econômicas depois do segundo choque de preços, culminando com a forte recessão de 1984/85, bastante semelhante a que o Brasil enfrentou na época. Desde então tem mostrado uma melhora gradual em seu desempenho econômico, contrariando, de certo modo, a ideia advogada por alguns economistas acerca da “armadilha da renda média”, situação em que o crescimento sofre uma forte redução. Ao contrário, o que se nota na economia desse país é uma aceleração da taxa de crescimento do PIB real. De 1980 a 1989 apresentou uma média anual de 2,0%, de 1990 a 1999, 2,8%, de 2000 a 2009, 4,5%, e entre 2010 e 2017 elevada taxa média de 6,4%. Os dados da tabela acima indicam uma economia razoavelmente equilibrada, com inflação relativamente baixa, contas fiscais com razoável controle e situação externa sem grandes percalços.

Gráfico 1: Crescimento do PIB real das Filipinas (% a.a.)



Fonte: FMI

2. A lei de Okun

Jesus Felipe e Gemma Estrada¹ discutem a dinâmica do crescimento econômico do país nos últimos anos. Uma das preocupações dos autores é o desemprego que consideram um pouco elevado. Fazem referência à lei de Okun que mostra a relação existente no curto prazo entre a variação na taxa de desemprego e o crescimento do produto. Comentam que análises que produziram resultados robustos em relação a essa lei foram realizadas com base em economias avançadas. Os resultados nas economias em desenvolvimento são mais heterogêneos.

Resultados da pesquisa empírica dos autores:

- a) quando a variável dependente é taxa de desemprego os resultados indicam efeitos não estatisticamente significantes do crescimento sobre emprego;
- b) os autores levantam a hipótese de que a taxa de desemprego reflete com imperfeição a situação do mercado de trabalho. Um melhor indicador seria a taxa de subemprego, definida como “uma medida da subutilização da capacidade produtiva da força de trabalho. Nas Filipinas uma pessoa é subempregada se ela, tendo emprego, declarar na pesquisa de mão de obra que deseja ter horas adicionais de trabalho no presente emprego, ou num novo emprego com mais horas de trabalho”. A taxa de subemprego é elevada, em torno de 20% desde o ano 2.000. Quando se utiliza essa variável o crescimento do produto implica em mais emprego.

3. Taxa natural de crescimento

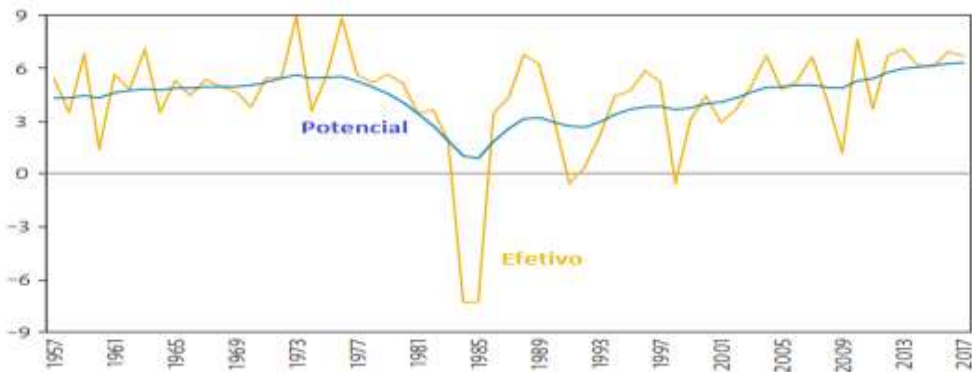
Para os autores a causa da intensificação do crescimento econômico nos últimos anos reside no aumento do crescimento potencial do país (os autores utilizam como sinônimos “produto potencial” e “taxa natural de crescimento”). Fazem referência à definição de Harrod da taxa natural de crescimento: “a taxa permitida pela expansão da população e pelo progresso técnico”. Ela é consistente com a plena utilização dos recursos produtivos. Em qualquer momento do tempo o crescimento efetivo pode divergir da taxa natural, uma vez que o funcionamento da economia é afetado por várias restrições, rigidezes e limitações”. Ponderam que:

- i) crescimento efetivo não pode, persistentemente, exceder a taxa natural de crescimento; se isto ocorrer haverá pressões inflacionárias crescentes, escassez de mão de obra e elevações do salário.
- ii) se o crescimento efetivo for persistentemente abaixo da taxa natural o desemprego crescente vai reduzir o salário, que no devido tempo, aumentar o emprego pela adoção de técnicas com maior intensidade de mão de obra até que se atinja um equilíbrio no mercado de trabalho e a igualdade entre a taxa efetiva e a natural.
- iii) Assim, no longo prazo a economia tende a gravitar ao redor da taxa natural, com a plena utilização dos recursos produtivos, inflação estável e pleno emprego. O emprego cresce à mesma taxa da força de trabalho.

Os gráficos abaixo mostram a evolução do crescimento efetivo e da taxa natural. Esta é decomposta em duas partes: a devida à expansão da força de trabalho e a da sua produtividade. Nota-se um claro aumento da taxa potencial nos últimos anos em virtude da produtividade da mão de obra. Uma preocupação dos autores é que o crescimento efetivo se encontra no momento ligeiramente acima da taxa potencial. Chamam a atenção para o aumento da inflação, de 1,4% em 2015, 1,8% em 2016 e 3,8% em fevereiro deste ano.

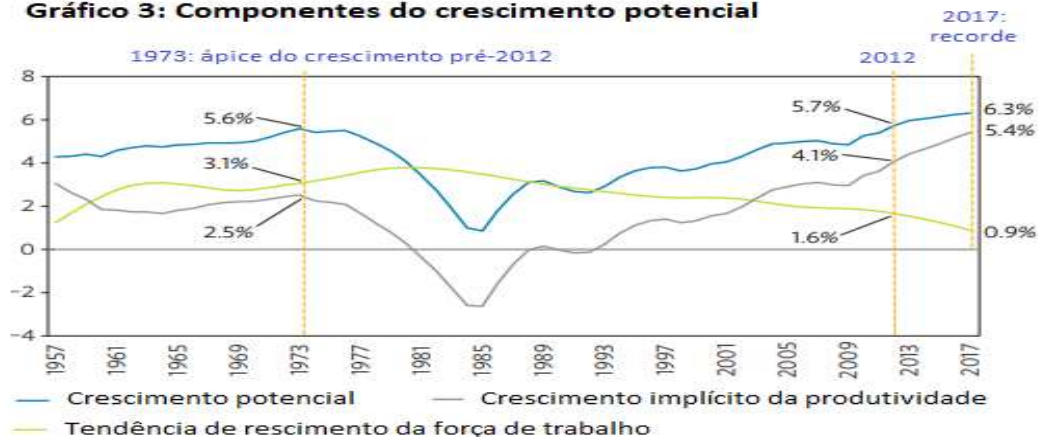
¹ “Why has the Philippines’ Growth Performance Improved? From Disappointment to Promising Success”, ADB Working Paper 5452, abril/2018.

Gráfico 2: Crescimento efetivo e crescimento potencial (%)



Fonte: Felipe e Estrada (2018).

Gráfico 3: Componentes do crescimento potencial



Fonte: Jesus e Estrada (2018)

O incremento da produtividade da economia, ao longo do tempo, depende: i) da transferência da mão de obra de setores menos produtivos para setores mais produtivos, e ii) da melhoria da produtividade dentro dos setores. No caso das Filipinas, entre 1989 e 2017 aproximadamente 70% do aumento foi devido ao progresso dentro dos setores e 30% à transferência. A agricultura é uma área de baixa produtividade e sua produção tem crescido lentamente. Emprega ainda 25% da mão de obra total, embora a participação seja decrescente. A indústria manufatureira tem apresentado razoáveis ganhos de produtividade, sendo ainda o setor de maior contribuição no aumento da produtividade global.

Gráfico 4: Participação no emprego e produtividade dos setores (%)

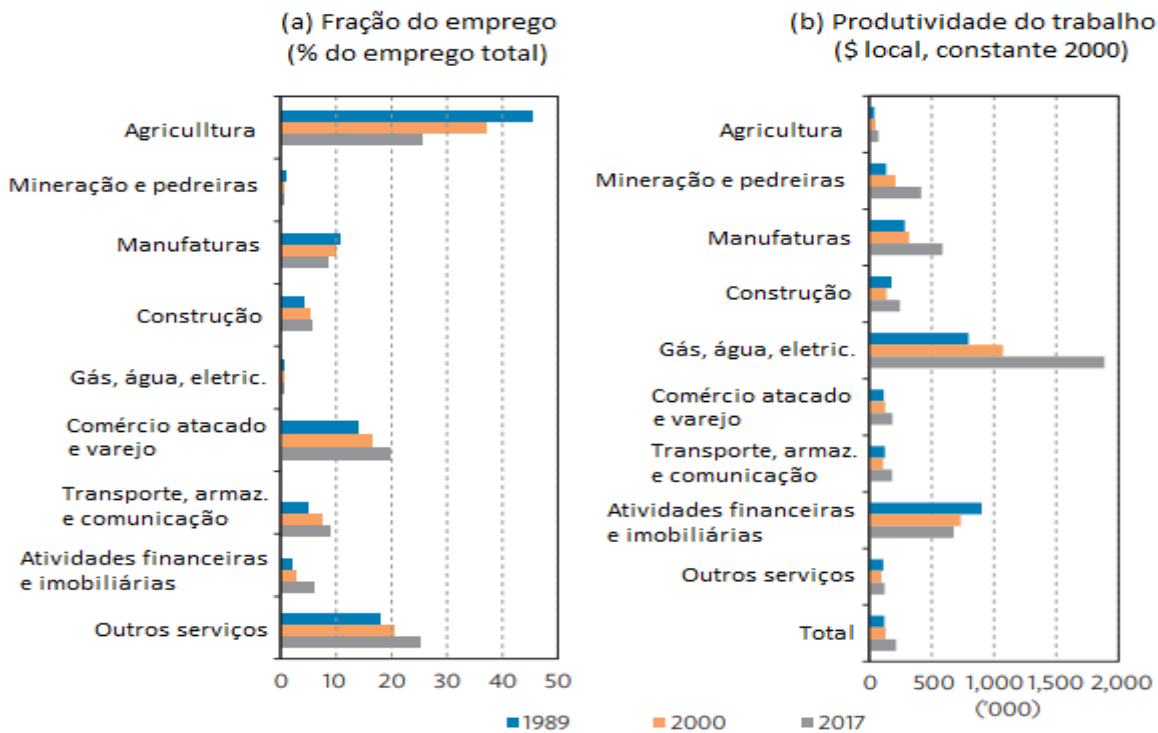
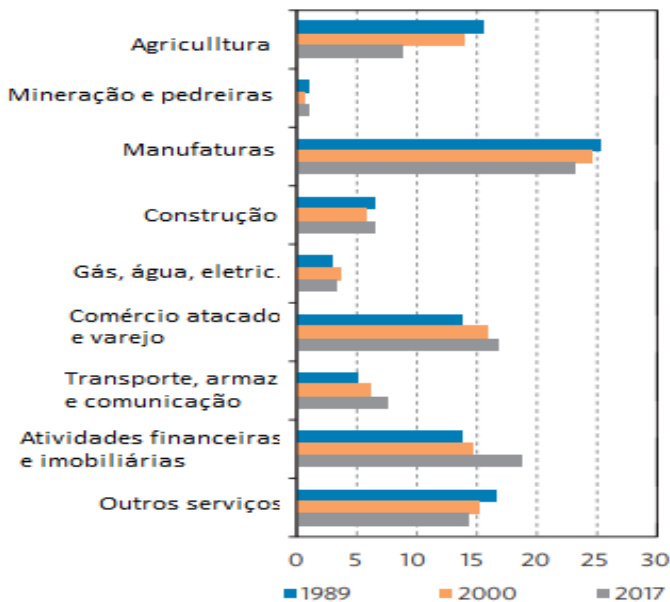


Gráfico 5: Contribuição setorial na produtividade (%)



4. Observações finais

A força de trabalho nas Filipinas ainda cresce a taxas declinantes. Em 2017 foi de 0,9%. Assim, a manutenção do ritmo de crescimento econômico, muito bom nos últimos anos, depende de continuamente aumentar o produto potencial elevando a produtividade da mão de obra. Os autores sinalizam, de forma genérica, a necessidade de modernizar a agricultura, de formar nichos

especializados na indústria manufatureira além de elevar a produtividade nos setores de serviços. Ponderam que não se deve descuidar dos possíveis constrangimentos ao crescimento como a qualidade da infraestrutura, do ambiente regulatório e do aprimoramento do capital humano.

(*) **Akihiro Ikeda** - foi funcionário do banco América do Sul; economista da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai; secretário executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda; chefe da coordenadoria econômica do Ministro da Agricultura; secretário especial de assuntos econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; presidente da diretoria executiva do Hospital Santa Cruz; presidente do conselho deliberativo do Hospital Santa Cruz; e professor assistente de estatística econômica e econometria da FEA/USP.



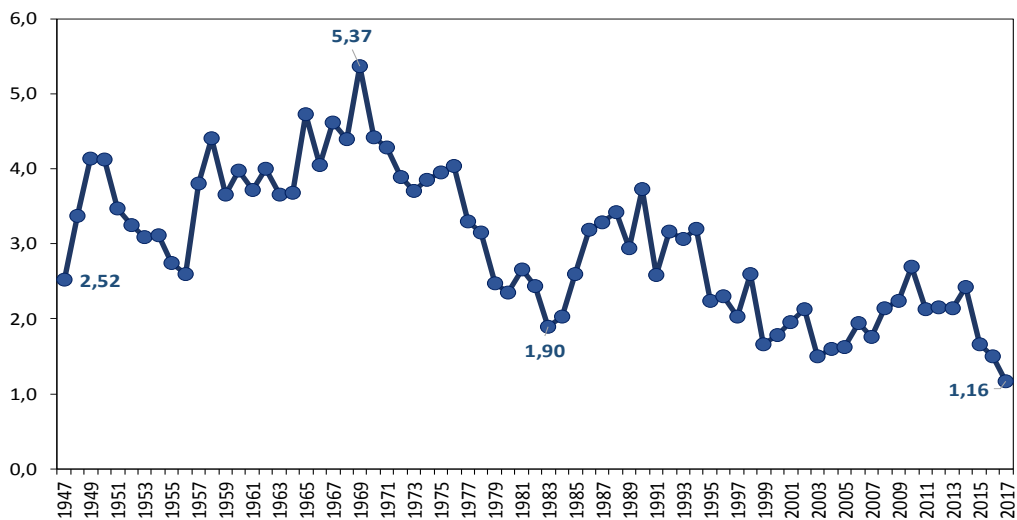
Nota sobre infraestrutura

(*) **Akihiro Ikeda**

A preocupação dos países com a infraestrutura é antiga. No “Bunkyo Empresarial N° 8”, de abril de 2017, foi mencionada a importância dos investimentos em infraestrutura sobre comércio e desenvolvimento econômico de um país. De maneira mais ampla, existe uma estreita correlação entre investimento total (privado mais público) e desenvolvimento. O investimento privado depende das condições correntes (crescimento do PIB, retornos passados, custo de capital, disponibilidade de financiamento, facilidade de negócios, boa regulação), bem como das expectativas em relação à política econômica futura. O investimento público em infraestrutura reflete a prioridade que o governo atribui ao setor. A história econômica mostra, também, que o poder público investe mais pesadamente na infraestrutura em época de conjuntura recessiva, justamente para enfrentar esse difícil período.

Nos últimos anos investimento público em infraestrutura no Brasil, infelizmente, tem sido relegado a um plano secundário em contraste com períodos de crescimento econômico elevado do passado, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Investimento da administração pública no Brasil (% PIB)*



*Governo Geral. Fonte: IFL

Relatório do (BID) Banco Interamericano de Desenvolvimento² mostra levantamentos comparativos entre os países da América Latina. A Instituição considera como infraestrutura apenas energia, transporte, telecomunicação, água e saneamento. As estatísticas incluem também investimento privado no setor. Assim, não existe uma correspondência exata entre essas estatísticas e as do IBGE. Os dados do BID confirmam a queda dos investimentos no Brasil. Uma das mais críticas é a deterioração da infraestrutura de transportes. O país tem dimensões continentais, é grande produtora e exportadora de grãos, portanto a logística desarrumada reduz a remuneração do agricultor e a competição internacional.

Gráfico 2: Investimnto total em infraestrutura na América Latina (% PIB)

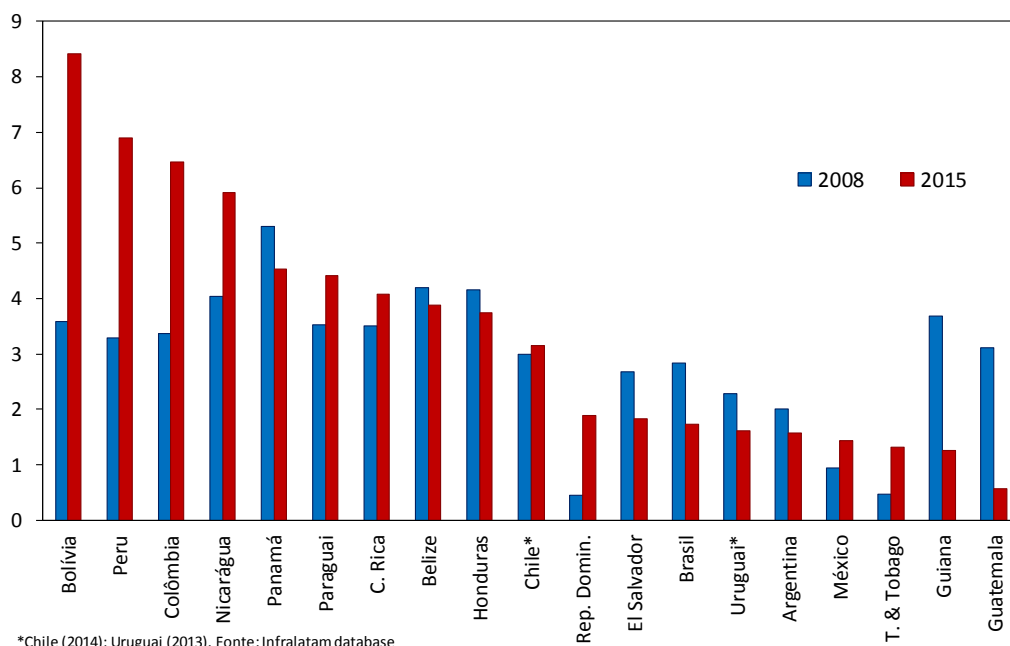
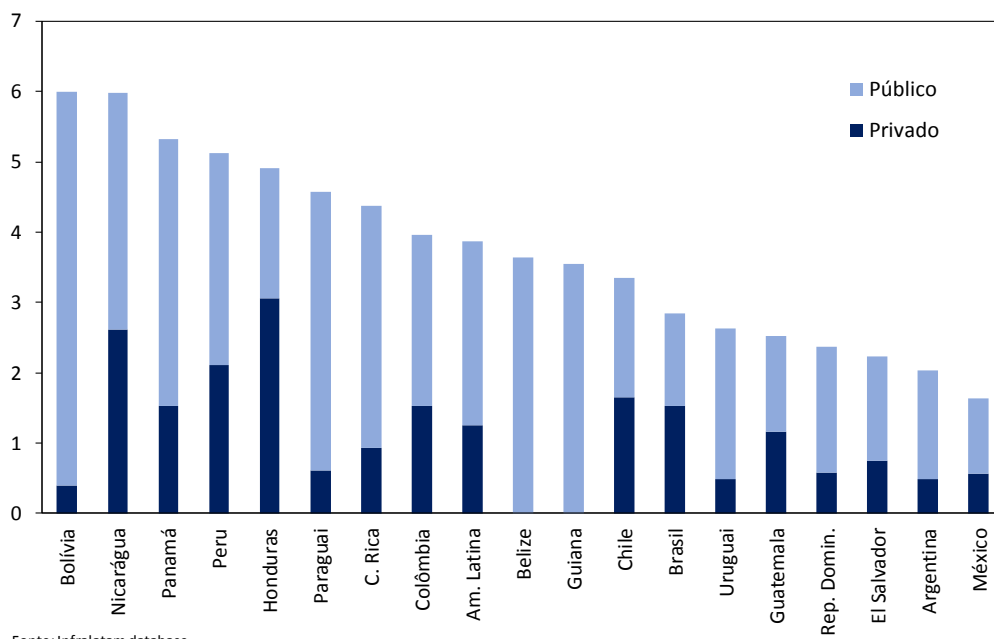
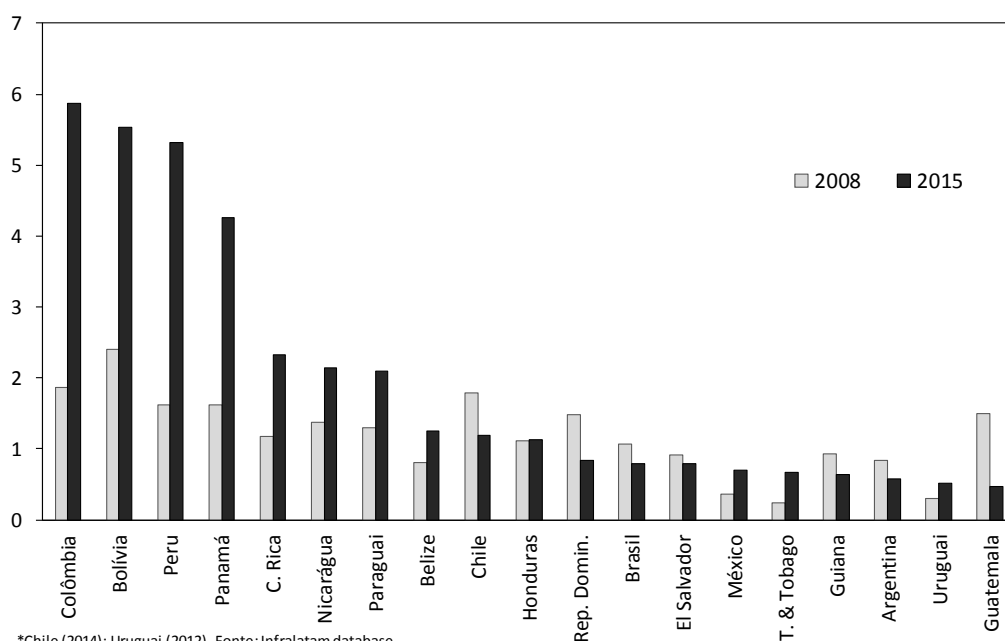


Gráfico 3: Investimentos público e privado em infraestrutura, média 2008-2015 (% PIB)



² Serebrisky, T.; Suárez-Alemán, A.; Pastor, C. e Andreas Wohlhueter. "Lifting the Veil on Infrastructure Investment Data in Latin America and the Caribbean, BID, nota técnica 1366, jan/2018.

Gráfico 4: Investimento total em infraestrutura de transportes na América Latina (% PIB)



Trabalhos empíricos sobre a importância da infraestrutura no desenvolvimento econômico têm se avolumado. Por exemplo, o de Normaz Wana Ismail e Jamilah Mohd Mahyideen³ (Bunkyo Empresarial 8). Mais recentemente, Davide Furceri e Bin Grace Li⁴ mostram algumas evidências dos efeitos do investimento público nas economias em desenvolvimento. Os autores estimaram o efeito causal do investimento público sobre o produto interno utilizando a metodologia das “mudanças não antecipadas do investimento público”, tomando como base as diferenças entre as previsões do “IMF World Outlook” e das taxas efetivamente verificadas do investimento real público. A amostra utilizada é composta de 79 países em desenvolvimento (países de baixa e média rendas), não necessariamente em períodos iguais, mas com vários anos coincidentes, sendo 2013 o último ano em todos os países.

Abstraindo-se dos detalhes econométricos, a análise sugere:

1) Resultado geral:

Um aumento não antecipado de 10% de investimento público eleva o nível do produto interno real em 0,1% no mesmo ano. A média do investimento público da amostra encontra-se em torno de 5% do PIB, o que significa que o multiplicador fiscal do gasto público em investimento é de $(0,1\%/0,5\% \text{ do PIB}) = 0,2$. Com o tempo cresce o efeito do investimento público sobre o PIB. Em 5 anos com o mesmo “choque de investimento” de 10% o PIB será maior em 0,4% (a expressão “choque de investimento” é utilizada com o mesmo sentido de “aumento não antecipado”).

2) Resultados levando em conta fatores específicos aos países:

i) Ciclos de negócios: os resultados são coerentes com a literatura em que a resposta do produto ao “choque de investimento público” é mais elevada durante períodos de recessão do que em fases de expansão;

³ Ismail, N. W. e Jamilah Mohd Mahyideen. “*The Impact of Infrastructure on Trade and Economic Growth in Selected Economies in Asia*”, ADBI Working Paper 553, Tokyo dez/2015.

⁴ Furceri, D. e Bin Grace Li. “*The Macroeconomic (and Distributional) Effects of Public Investment in Developing Economies*”, IMF Working Paper 2017, out/2017.

ii) Regimes de taxas de câmbio: os efeitos macroeconômicos dos “choques de investimento público” são relevantes em países com taxas fixas de cambio, mas não estatisticamente significantes em países com câmbio flutuante.

iii) Abertura ao comércio: as indicações são de que, enquanto nos países com baixa abertura ao comércio o produto responde positivamente aos “choques de investimento”, em países com elevada abertura ao comércio as respostas não são estatisticamente significantes. A maior propensão marginal a importar anula o efeito do investimento.

iv) Relação (dívida pública/PIB): em países com baixa relação dívida pública/PIB no início do processo a resposta do produto é positiva, mas em países com elevada relação a resposta é negativa, embora não estatisticamente significativa.

v) Eficiência do investimento: os resultados sugerem que a resposta do produto ao “choque de investimento” é maior nos países que são mais eficientes na escolha e na execução dos investimentos, embora as diferenças não sejam estatisticamente significantes. Ineficiência no processo de investimento público significa má seleção, falhas na implementação e no monitoramento de projetos.

3) Investimento versus consumo do governo

Os resultados sugerem que o efeito do consumo público sobre o produto é significativo somente no curto prazo, no ano do “choque”. Os resultados ainda sugerem que o multiplicador fiscal de curto prazo é de 0,1, menor do que o do investimento de 0,2. Esse resultado é coerente com outros trabalhos empíricos.

4) Efeitos distributivos do investimento público

Os resultados indicam que aumentos do investimento público não antecipados tendem a reduzir a desigualdade de renda no curto e no médio prazo. Um aumento de 10% pode reduzir o coeficiente de Gini da renda per capita de mercado em 0,2%, acerca de $\frac{3}{4}$ do desvio padrão da variação média anual do coeficiente de Gini da amostra. Na teoria o resultado do investimento público sobre a desigualdade é incerto e depende de: i) se o investimento em infraestrutura produz ganhos de produtividade somente no setor envolvido ou se os ganhos são difundidos em todos os setores, e ii) se os trabalhadores no setor que mais se beneficiou do investimento em infraestrutura têm salário inicial maior do que os trabalhadores em outros setores.

(*) **Akihiro Ikeda** - foi funcionário do banco América do Sul; economista da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai; secretário executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda; chefe da coordenadoria econômica do Ministro da Agricultura; secretário especial de assuntos econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; presidente da diretoria executiva do Hospital Santa Cruz; presidente do conselho deliberativo do Hospital Santa Cruz; e professor assistente de estatística econômica e econometria da FEA/USP.



Notas Diversas

Notícias do Brasil

1. O pequeno produtor rural

No Brasil predominam duas agriculturas. A dos grandes produtores, empresarial, conectados com os principais canais de comercialização, com acesso a créditos oficiais, a tecnologias de ponta e aos melhores especialistas no assunto. A dos pequenos, sem assistência técnica, sem crédito rural e sem seguro, que tem de enfrentar um mercado de insumos e de produtos oligopolizados, e sem condições de utilizar os últimos avanços tecnológicos. Especialistas que participaram do seminário promovido pela FOLHA “Inovação no Brasil: Centro Oeste” confirmam que a exclusão do pequeno agricultor das inovações impede o avanço da produtividade e da produção, conta o repórter Gabriel Rosa.

2. Produção de proteína animal

O Estado do Paraná é um grande produtor de proteína animal, destacando-se como o maior produtor de frango e de peixe de água doce. O Boletim Informativo da FAEP registra as melhorias da produtividade nos últimos anos, cuja origem encontra-se na genética, na nutrição e na capacitação do produtor. A redução do tempo gasto no ciclo de produção e da quantidade de ração tem sido substancial. A ênfase dada às pesquisas, à busca de tecnologias avançadas e aos investimentos em equipamentos modernos pelos produtores têm garantido um manejo de qualidade. Nos últimos 15 anos registraram-se os seguintes progressos:

- a. Tilápia, peixe de água doce: para um abate de 900 gramas o ciclo de produção passou de 230 dias para 170 dias; e o rendimento do filé de 29% para 38%.
- b. Suíno: de 180 dias para atingir 94 quilos para o abate passou a 140 dias para chegar a 120 quilos; de 3,6 quilos de ração por quilo de ganho de peso para 2,4 quilos.
- c. Frango: de um ciclo de 49 dias passou para 42 dias; de 1,80 quilos de ração por quilo de ganho de peso para 1,55 quilos de ração.
- d. Bovino: de 1,6 arrobas/hectare/ano de pastagem para 3,8 arrobas/hectare/ano.

3. ICMS na exportação de produtos primários e semielaborados

Produtores agrícolas e suas entidades representativas estão preocupados com a possível volta da cobrança do ICMS na exportação. Encontra-se pronta para ir ao plenário no Senado Federal lei complementar que revoga a Lei Kandir que entrou em vigor em 1996 e que isentou desse imposto a exportação dos primários e semielaborados. A eventual volta do ICMS significa uma taxa de 12%.

4. Pecuária bovina

O Brasil é o segundo maior produtor e o primeiro exportador de carne bovina. É um dos países com maior potencial de expansão. Uma das preocupações é a relação da criação bovina com o meio ambiente.

a) É voz corrente que para produzir um quilo de carne usa-se 15 mil litros de água. Entretanto, os pesquisadores (Marcos Sawaya Jank e Mauricio Palma Nogueira, Folha 17/02/2018) esclarecem que “99% desse volume vem das chuvas que caem sobre os pastos e que retornam para a atmosfera pela chamada evapotranspiração do sistema solo-planta. As plantas são verdadeiros dutos, pelos quais a água está sempre subindo das raízes até as folhas, que transpiram e devolvem essa água para a atmosfera, à semelhança do que ocorre nas florestas”.

b) Emissão de altos volumes de carbono pelo boi. “O cálculo está correto. Mas há um erro crasso na estimativa do balanço do ciclo de vida da atividade, que desconsidera o sequestro (captura) do carbono pelas pastagens e a grande quantidade de carbono retida e incorporada pelos capins no solo. Incapaz de consumir toda a quantidade disponível, os bovinos retiram apenas 30 a 40% do que é produzido nas pastagens. O restante volta ao solo e se junta às raízes, reciclando todos os nutrientes do material, inclusive o carbono”.

5. Ferrovias no transporte de carga

Em 1996 houve a concessão das ferrovias à iniciativa privada. Nesses vinte anos houve melhoras. Em 1997 o volume transportado foi de 253 milhões de toneladas úteis e em 2016 atingiu 503 milhões, segundo a ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários). Em comparação com países de grandes superfícies o Brasil ainda tem muito investimento pela frente. Sua densidade é uma das mais baixas e a sua matriz de transporte de carga é amplamente dominada pelo transporte rodoviário.

Densidade da malha ferroviária*

| | Área do país | Ferrovia | Ferrovia/área |
|-----------------------|--------------|----------|---------------|
| Estados Unidos | 9,83 | 224,8 | 22,9 |
| Índia | 3,29 | 68,5 | 20,8 |
| China | 9,6 | 191,3 | 19,9 |
| Canadá | 9,98 | 77,9 | 7,8 |
| Rússia | 17,1 | 87,2 | 5,1 |
| Austrália | 7,74 | 37,0 | 4,8 |
| Brasil | 8,52 | 28,5 | 3,4 |

Fonte: ANTF; (*)área em milhões de km²; ferrovias em mil km; densidade: km de trilho/mil km².

Matriz de transporte de carga, em %

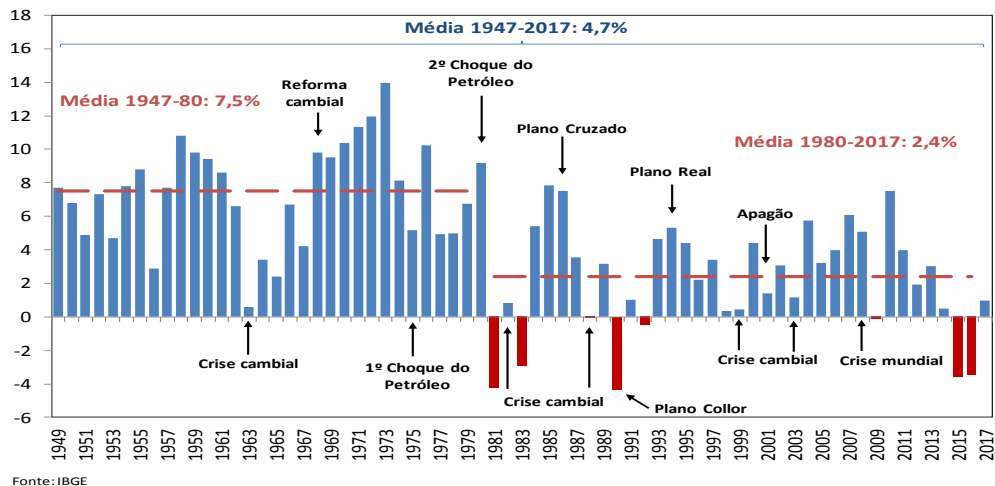
| | Ferrovário | Rodoviário | Aquaviário e outros |
|-----------------------|------------|------------|---------------------|
| Rússia | 81 | 8 | 11 |
| Canadá | 46 | 43 | 11 |
| Austrália | 43 | 53 | 4 |
| Estados Unidos | 43 | 32 | 25 |
| China | 37 | 50 | 13 |
| Brasil | 25 | 58 | 17 |

Fonte: ANTF

6. Conjuntura econômica

O gráfico mostra as variações anuais do produto interno bruto real (PIB: soma de tudo que é produzido). Nota-se uma longa fase de economia exuberante, de 1948 a 1980, com média anual de expansão de 7,5%. Segue-se um período de altos e baixos culminando com a forte recessão de 2015/2016 e uma ligeira reação em 2017 com aumento do produto real de 1%.

Brasil - PIB real (crescimento anual, %)



São dados que refletem o desempenho passado. A questão importante é como poderá ser o desempenho em 2018 e nos próximos anos. No começo deste ano a previsão do governo para o PIB era de 3%. O mercado financeiro, menos otimista, projetava 2,69%, percentual que aumentou em fevereiro e março, para então registrar uma queda acentuada a partir de maio à vista de alguns fatos, entre eles a divulgação em 30 de maio do PIB do primeiro trimestre, a greve dos caminhões que além de causar enormes incertezas continua sem solução definitiva, e a sensação de graves desacertos entre os três poderes da República.

Expectativas do mercado para o PIB real de 2018 (variação %)

| Data | % |
|------------|------|
| 05/01/2018 | 2,69 |
| 02/02/2018 | 2,70 |
| 09/03/2018 | 2,87 |
| 06/04/2018 | 2,80 |
| 04/05/2018 | 2,70 |
| 01/06/2018 | 2,18 |
| 08/06/2018 | 1,94 |
| 15/06/2018 | 1,76 |
| 22/06/2018 | 1,55 |

Fonte: Focus, Relatório de Mercado, BCB

O desempenho do PIB no primeiro trimestre talvez tenha sido um pouco menor do que a expectativa dos otimistas. Não foi mal. Cresceu 0,4% em relação ao último trimestre de 2017; 1,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior; e 1,3% nos últimos quatro trimestres quando comparados aos quatro trimestres anteriores. É difícil prever como o ano vai terminar. A impressão é que o crescimento poderá ser inferior aos 1,55% projetado pelo mercado no último Focus. Para os próximos anos vai depender do que o novo governo conseguir realizar. De qualquer maneira a conjuntura vai estar confusa, uma situação econômica muito difícil.

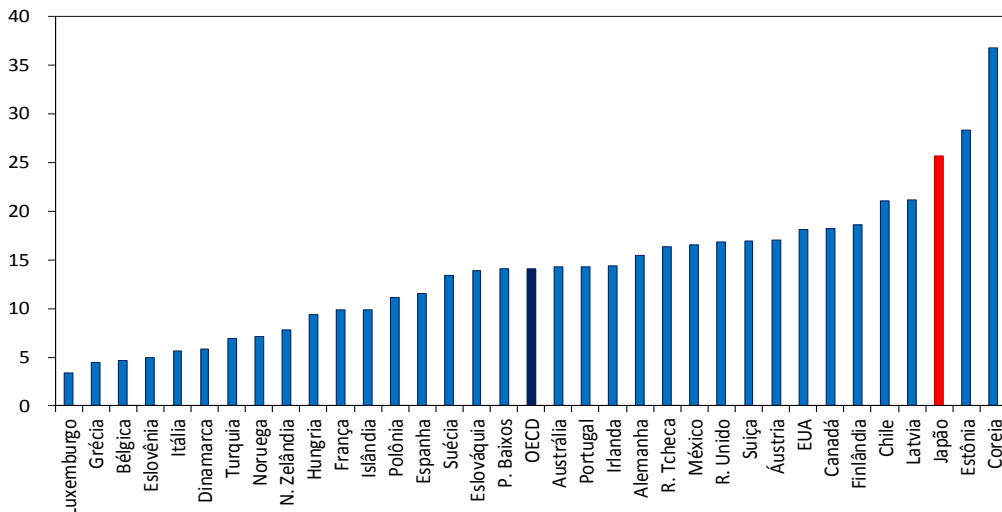
Notícias do Japão

1. Mão de obra feminina no Japão

Um dos problemas da economia japonesa é, no momento, a escassez de mão de obra. O envelhecimento, a diminuição da população ativa e a restrição que existe em relação aos trabalhadores estrangeiros são os principais fatores que originaram essa dificuldade. A utilização da robótica vem se intensificando, mas tem os seus limites nas condições da atual tecnologia. A mão de obra feminina é uma alternativa complementar. Ainda enfrenta algumas restrições culturais, mas a sua oferta tem condições de se expandir. A participação da mão de obra feminina tem aumentado, atingindo 64,7% em 2015, acima dos países da OECD que é de 58,5%, mas o total de horas de trabalho das mulheres tem permanecido estável em virtude do aumento de mulheres em tempo parcial. Nota da OECD expõe alguns problemas que existem na economia japonesa em relação ao assunto:

a. as diferenças de emprego e de salário devidas ao gênero continuam sendo uma das mais elevadas na OECD (gráfico);

Gráfico: Diferença no rendimento mediano entre homens e mulheres como proporção do rendimento mediano dos homens (%)



Fonte: OECD

b. a participação da força de trabalho feminina é limitada pela escassez de creches e outras facilidades para cuidar de crianças;

c. a tributação, o sistema de seguridade social e o costume de longas horas de trabalho também inibem o trabalho das mulheres;

d. o dualismo que existe no mercado de trabalho penaliza as mulheres que representam 2/3 dos trabalhadores não regulares.

2. Turismo no Japão

O Japão nunca atraiu muitos turistas apesar de oferecer coisas interessantes. Costumes milenares, lendas misteriosas e locais pitorescos, por exemplo. Talvez pelas notícias de elevados custos de hospedagem e de alimentação, e das dificuldades de comunicação. Na realidade, a refeição do dia a dia da população, pouco sofisticada em restaurantes populares, é barata comparativamente a outros países, inclusive o Brasil. Caro é frequentar restaurantes de alto padrão, japoneses ou estrangeiros, fato que acontece no mundo inteiro. Hotéis que oferecem poucos serviços, do tipo “business”, em geral bem localizados próximos às estações ferroviárias, são baratos. A construção de bons hotéis de tarifas relativamente em conta vem experimentando uma grande evolução. O país oferece boa segurança, tem um sistema de transportes que permite fácil mobilidade e as cidades são muito limpas. As dificuldades de comunicação ainda existem, mas pouco a pouco tem melhorado com a utilização de outras línguas, principalmente o inglês. Nos últimos anos os turistas estão redescobrimdo o Japão. Em 2015 o país recebeu 19,7 milhões de estrangeiros, 24,0 milhões em 2016 e espera-se atingir 40 milhões em 2020. Além da tendência crescente de visitantes, 2020 será o ano da olimpíada.

Há pessoas que não se dão conta, mas o turismo é uma grande fonte de emprego e de geração de renda, em moeda local e em moeda estrangeira. Em 1984 participei de uma missão à China, chefiada pelo Ministro da Fazenda, Dr. Ernane Galvêas. Beijing era um canteiro de obras em ritmo alucinante. Uma das coisas que me chamou a atenção foi a prioridade na construção de luxuosos hotéis por empresas internacionais. Sendo ainda um país muito pobre por que hotéis de alto luxo? A explicação dos chineses foi simples: “Empresas estrangeiras trazem o capital, empregam grande número de chineses na construção e ensinam como gerenciar. Depois aparecem turistas e homens de negócios

que exigem hotéis de primeira qualidade. É tudo receita em dólares que entra rapidamente. É o fator mais importante para um país que precisa importar”.

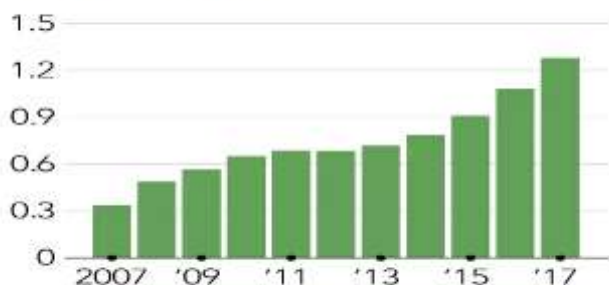
China, Coreia e Taiwan são as principais origens dos turistas que visitam o Japão. O tamanho da população, a renda per capita e a distância são fatores importantes que geram o movimento turístico. Uma das atrações é a florada da cerejeira que acontece entre o final de março e início de abril. O seu pico dura pouco, uns três dias. Ela acontece antes nas áreas mais quentes e vai caminhando para regiões mais frias. Alguns templos que nos últimos anos investiram, e continuam a investir, para receber pessoas para pernoite também são uma atração. As novas acomodações se assemelham a hotel 5 estrelas com refeições vegetarianas preparadas de maneira bastante sofisticada. Muitos turistas fazem questão de visitar Hiroshima ou Nagasaki, palcos da bomba atômica em 1945.

3. Mão de obra estrangeira no Japão

Uma questão fundamental do Japão é o envelhecimento de sua população. Uma de suas consequências é a falta de mão de obra, particularmente em tarefas que exigem menor qualificação. Conhecidos que visitaram recentemente esse país notaram a piora dos serviços em hotéis com diárias mais modestas. A utilização mais intensa de robôs tem avançado, mas aparentemente, apenas consegue suprir pequena parcela da demanda de mão de obra. Conta-se que na agricultura e na construção as dificuldades são visíveis. Empresas de taxi, já há algum tempo, vem recrutando e treinando motoristas estrangeiros visando as olimpíadas de 2020.

Por necessidade e por pressão, o governo Abe vem facilitando a concessão de vistos para trabalhadores estrangeiros, que sempre foi mantida sob bastante controle, relata Mitsuru Obe, do Nikkei Asian Review (30 de maio de 2018). Existe um programa governamental de treinamento para trabalhadores inexperientes que os obriga a permanecerem por três anos na mesma ocupação.

Número de trabalhadores estrangeiros no Japão (em milhões)



Até outubro de cada ano. Fonte: Ministério do trabalho do Japão e Nikkei

O gráfico ao lado mostra a evolução do número de trabalhadores estrangeiros no Japão, ainda pouco quando comparado com países como Reino Unido e Alemanha que abrigam mais de 3 milhões de estrangeiros.

Percentagem de trabalhadores estrangeiros por origem

| País | % |
|-------------------------|------|
| China | 29,1 |
| Vietnã | 18,8 |
| Filipinas | 11,5 |
| Brasil | 9,2 |
| Austrália/Nova Zelândia | 5,8 |
| Nepal | 5,4 |
| Coreia do Sul | 4,4 |
| Peru | 2,2 |
| Outros | 13,6 |

Fonte: Mitsuru Obe

A partir do final da década de oitenta e principalmente na década de noventa o fluxo de trabalhadores brasileiros para o Japão ganhou grande ímpeto, tornando-se um fenômeno bastante comentado aqui no Brasil. A população de trabalhadores brasileiros no Japão chegou então a atingir quase 300 mil pessoas, regredindo-se nos anos posteriores. Recentemente, trabalhadores da China, Vietnã e Filipinas dominam o mercado japonês, embora a presença de brasileiros ainda se faz notar

Yasutake Maeda, da empresa Saiseiki Katawaku Kogyo (construção) diz que trabalhadores estrangeiros aprendem mais depressa do que os japoneses, são mais sérios, mais dedicados aos trabalhos e descansam menos dias de trabalho, relata Minoru Obe, do Nikkei.

Um setor com aguda deficiência de pessoal é o da tecnologia de informação. As empresas líderes como a Toyota sofrem a pressão de empresas de tecnologia americana em áreas nascentes em que o fluxo de ideias é vital, como direção autônoma, inteligência artificial e internet das coisas. O governo Abe em 2017 introduziu uma via rápida na concessão de visto para minimizar esse problema. Hiroshi Mikitani, executivo da Rakuten (empresa de e-commerce) diz que “é impossível para os japoneses criar uma companhia competitiva baseada na tecnologia sem uma globalização interna, significando que necessitamos trazer o melhor e o mais brilhante de todo o mundo”. Na Rakuten, que emprega 6 mil pessoas, aproximadamente um quarto são estrangeiros. Ela contrata acerca de 400 engenheiros todos os anos, sendo 70% estrangeiros, principalmente indianos e chineses. Essa empresa encontra mais facilidade de contratação porque não exige que se fale a língua japonesa.

Notícias Internacionais

1. Envelhecimento e crescimento econômico

A revista “The Economist” levanta a hipótese de que a Tailândia pode ser o próximo Japão. Depois de um período de crescimento econômico bastante intenso, com déficits em contas correntes e inflação elevada, esse país começou a murchar. De 2010 a 2016 o PIB real cresceu à taxa anual de 3,0%, relativamente modesta quando comparada com o passado e com outros países emergentes da região. Nos últimos anos tem acumulado substanciais saldos comerciais e saldos em contas correntes. A inflação média de 2010 a 2016 foi baixa, de 1,7%. Os juros internos rendem pouco; em 2016 um título do governo de curto prazo pagava 1,4% aa.

A demografia parece ser uma das principais causas da preocupação. Dizem que é semelhante a do Japão no passado. Em 2016 a população cresceu apenas 0,4% e está envelhecendo. O percentual de idosos, 65 anos e mais, atingiu 11,0% da população, e a razão de dependência de idosos (idosos/população entre 15 e 64 anos) chegou a 15,4%. Esses indicadores não são muito diferentes dos da Coreia. A diferença está em que a Coreia é um país desenvolvido, enquanto que a Tailândia é uma economia de renda média. Em termos demográficos nada assustadores ainda, se comparados com o Japão. A razão de dependência de idosos do Japão é de 44,0% (para cada 10 em condições de trabalhar existem 4,4 idosos) e a população começou a declinar. Mas a conjunção de um modesto crescimento econômico com uma demografia que vai se tornando adversa não é confortável num país com o grau de desenvolvimento da Tailândia. Alguns economistas gostariam de se referir à presença da “armadilha da renda média”.

A razão da murcha pode ser decorrência de uma terceira causa, a política macroeconômica extremamente conservadora. “The Economist” chama a atenção para a passividade dos dirigentes econômicos. Alerta que o país deveria estar investindo mais em infraestrutura e em equipamentos para garantir que no futuro uma mão de obra menor esteja bem equipada para sustentar uma grande quantidade de aposentados. O conservadorismo no país é antigo, vem do período da II Guerra quando o país teve inflações elevadas. O Banco Central não reduz os juros desde 2015. Para o seu presidente a oferta de moeda não deveria, como regra, aumentar mais do que 2 a 3 pontos de percentagem mais do que o crescimento do PIB. Sua opinião é de que “a estabilidade econômica é preferível ao crescimento rápido”. Talvez seja difícil uma mudança para uma política econômica mais voltada para o crescimento. O país possui, no entanto, boas fontes de expansão como por exemplo o turismo. Em 2016 recebeu 32,6 milhões de turistas estrangeiros. Em 2000 a receita de turismo foi de US\$7,5 bilhões, atingindo US\$49,9 bilhões em 2016, uma expansão anual de 12,6%.

Indicadores demográficos, população próxima e superior a 30 milhões, 2016*²

| | População | Crescimento (%) | % idosos | Razão de dependência | Y/N |
|--------------------|-----------|-----------------|----------|----------------------|------|
| China | 1.382,7 | 0,6 | 10,1 | 14 | 15,5 |
| Índia | 1.299,0 | 1,2 | 5,8 | 8,8 | 6,7 |
| Indonésia | 258,7 | 1,3 | 5,2 | 7,8 | 11,7 |
| Brasil | 211,0 | 1,1 | 8 | 12 | 15,2 |
| Paquistão | 195,4 | 1,9 | 4,5 | 7,4 | 5,2 |
| Bangladesh | 160,8 | 1,2 | 5,1 | 7,7 | 3,6 |
| Japão | 127 | 0 | 26,6 | 44 | 41,4 |
| Filipinas | 103,2 | 1,7 | 4,7 | 7,4 | 7,8 |
| Vietnã | 92,7 | 1,1 | 6,9 | 9,9 | 6,4 |
| Tailândia | 67,5 | 0,4 | 11 | 15,4 | 17,3 |
| Mianmar | 52,9 | 0,9 | 5,5 | 8,2 | 5,4 |
| Coreia | 51,2 | 0,5 | 13,4 | 18,4 | 35,7 |
| Uzbequistão | 31,8 | 1,8 | 4,3 | 6,4 | 6,5 |
| Malásia | 31,8 | 1,5 | 6,1 | 8,8 | 27,3 |
| Afeganistão | 29,2 | 2,1 | 2,5 | 4,7 | 2,4 |
| Nepal | 28,3 | 1,4 | 5,6 | 8,9 | 2,6 |

Fonte: Asian Development Bank. (*) população em milhões; crescimento em 2016; idosos: 65 anos e mais; razão de dependência: idosos/população de 15 a 65 anos; Y/N: PIB per capita em US\$ mil, PPP.

O Brasil, cujos dados foram incluídos na tabela para efeito de comparação, ainda se encontra no período favorável conhecido como “bônus demográfico”, em que deveria estar colhendo seus frutos econômicos. Seus equívocos de política econômica produziram nos últimos dois anos e meio uma forte recessão, um contraste enorme com o crescimento da economia mundial que foi bem razoável.

2. China: produtor e consumidor de vinho

Na China tudo se agiganta. A vinicultura nesse país começou há duas décadas. A área de vinhedos já é o segundo maior do mundo depois da Espanha. É o sétimo em termos de vinho engarrafado (Carta Capital, 11/04/2018)



A principal área de cultivo e de produção fica em Ningxia, uma região pobre de terras de pouco uso, próxima ao deserto de Gobi. Fica na antiga Rota da Seda. Muitas vinícolas estão associadas a produtoras estrangeiras tradicionais, principalmente francesas. Pelo relato das pessoas que visitaram os locais de produção, a China não somente objetiva produzir vinho de qualidade para o consumo interno que está crescendo, mas ser reconhecido internacionalmente como grande produtora de excelente bebida. Estão investindo pesadamente. Os chineses são bons comerciantes e sabem promover seus produtos.

Fonte: Carta Capital/ 11/04/2018

3. Melhores práticas elevam a produtividade agrícola

A agricultura chinesa já vivenciou tragédias e sucessos. Em 1958, Mao Tse Tung coletivizou as pequenas lavouras proibindo a produção particular, com a finalidade de aumentar a produtividade. Essa medida fazia parte do “Grande Salto para Frente” que preconizava uma enorme transformação do país. A mudança foi desastrosa, prejudicada ainda por condições climáticas desfavoráveis. Reduziu dramaticamente a produção. Estima-se, segundo diversas fontes, que de 1958 a 1961 entre 15 a 40 milhões de pessoas tenham perecido, vítimas da fome. Analistas consideram a alteração da política agrícola promovida por Deng Xiaoping em 1978, ao permitir que agricultores pudessem escolher o que

plantar nas terras comunitárias e vender o que excedesse as quotas obrigatórias, o início de um novo ciclo vitorioso na oferta de alimentos e na renda dos produtores.

A agricultura desse país é dominada por pequenos produtores. Com a mudança de legislação em 2008 que autoriza os pequenos agricultores, usuários de terras comunitárias, a arrendar as suas áreas começa a surgir, de forma tímida, a figura do “empresário agrícola” que acredita que em áreas maiores pode diversificar a produção e obter retornos maiores. Essa é uma transformação desejada pelas autoridades.

A revista NATURE, em editorial de 7 de março de 2018, relata experiências efetuadas no período de 2005 a 2018 que mostraram que com a aplicação da ciência é possível aumentar a eficiência dos pequenos agricultores. Procurou-se, inicialmente, conhecer os principais fatores, como irrigação, densidade das plantas, profundidade da sementeira etc., que afetam a produtividade de cada cultura. Esse conhecimento permitiu atuar sobre esses fatores junto aos agricultores, tornando viável a formulação de melhores práticas que foram disseminadas em diversas regiões. Os resultados mostraram que em uma década a produtividade do milho, arroz e trigo aumentou cerca de 11%, enquanto o uso de fertilizantes diminuiu entre 15 e 18%, dependendo da cultura.

Diz ainda o editorial que o programa deixa várias lições:

- a. com a ajuda da ciência pode-se aumentar a produtividade agrícola e reduzir o prejuízo ao meio ambiente;
- b. o sucesso exige investimento que os economistas chamam de “intangíveis” – a criação de redes para difundir informação e permitir o acesso de dados aos cientistas;
- c. esses métodos podem, em princípio, serem utilizados em todos os lugares para elevar a eficiência, embora não seja tarefa fácil;
- d. o programa precisa ser monitorado e atualizado. As recomendações foram detalhadas tendo em vista a necessidade dos agricultores nas regiões específicas, mas elas podem se alterar principalmente com a mudança do clima; e
- e. melhor uso da tecnologia existente pode ajudar na produção de mais alimentos de forma sustentável.

4. Preço real do petróleo

O gráfico mostra as grandes variações do preço do petróleo depois do cartel da OPEP, que atualmente trabalha num plano para uma aliança formal com outros dez produtores do óleo, incluindo a Rússia, com o objetivo de sustentar os preços.

Gráfico: Preço real do petróleo (US\$ de jan/2018)



Fonte: FRED

Colonização

Campo Grande



Campo Grande fica na região Centro-Oeste do país, no estado de Mato Grosso do Sul, com população estimada em 2017 de 874.210 habitantes (IBGE).

Foto: Wikipedia

A notícia da demanda de mão de obra na construção de ferrovia no Estado de Mato Grosso, com valores compensadores, foi recebida como esperança pelos imigrantes japoneses que estavam desiludidos com o resultado do cultivo de café. Em 1909, os primeiros imigrantes foram 75 japoneses da Província de Okinawa, vindos da fazenda Floresta na região de Itu, acrescidos de alguns desertores de outras fazendas. Esses primeiros pioneiros apenas sabiam que chegariam ao local via navio e após 26 dias desembarcaram no porto Esperança. No mesmo ano chegaram mais imigrantes por coincidência na maioria originários de Okinawa. Os imigrantes tiveram que enfrentar a malária que dizimou muito deles.

Atraídos por melhor remuneração, os imigrantes japoneses, que inicialmente haviam estado no Peru, depois no Chile e na Argentina, vieram a Mato Grosso após 6 meses de viagem fluvial.

Após os trabalhadores terem suportado e superado situações difíceis, a obra da linha Noroeste foi concluída em 1915. A estação denominada Ligação no encontro das linhas da região Oeste e Leste, hoje permanece abandonada.

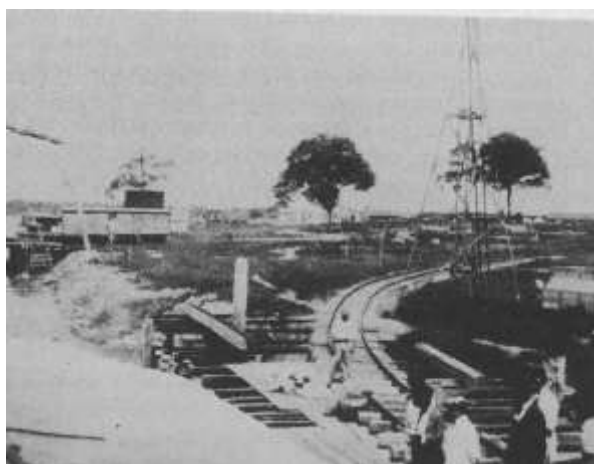


Foto: "O imigrante japonês" Tomoo Honda



Foto: "O imigrante japonês" Tomoo Honda

O plano da instalação do quartel militar e de escritórios administrativos atraiu os imigrantes para a cidade de Campo Grande que começou a se desenvolver, ao contrário das outras cidades localizadas ao redor das estações. Os imigrantes japoneses provenientes do Peru vieram, através do Chile e da Argentina, seguindo a linha férrea. Encontraram terrenos com preços acessíveis e próprios para a agricultura, distantes 5 a 8 km da estação de nome Mata do Segredo. Assim, em 1917 aumentou a quantidade de colonizadores japoneses, a maioria de Okinawa.

Inicialmente os colonizadores plantaram batata doce, mandioca, batata e produtos de consumo, e depois o arroz que lhes trouxe alegrias ao consumi-lo nas refeições. Depois com o cultivo da cana de açúcar fizeram a rapadura e aguardente, bebida muito apreciada. Com o milho criaram porcos, cujas carnes eram preparadas como na terra natal. Muitos dos colonizadores retornaram ao Japão com o sucesso obtido, passando suas propriedades para conterrâneos.

Entre 1920 e 1922 concretizou-se a instalação do quartel. Isso levou alguns imigrantes a tornarem-se pequenos agricultores nos arredores da cidade para atender o consumo de vegetais e para a produção de capim para os cavalos do quartel. Para adquirir carroças e mulas se uniram e adotaram o *tanomoshi* uma associação de poupança para levantar o capital necessário. Até hoje o *tanomoshi* de Campo Grande é famoso.

Em 1918 foi fundada a Associação da Província de Okinawa e foi construída a 1ª escola primária (fundamental), fruto da preocupação dos imigrantes com a educação dos filhos. Na área cultural manteve-se as danças “nihon buyô” e os instrumentos musicais shamisen e taiko. Os imigrantes oriundos de Okinawa criaram um núcleo homogêneo o que facilitou a fixação dos provenientes da mesma região em Campo Grande. Os nisseis que tiveram acesso ao ensino superior, os imigrantes japoneses vindo após a 2ª Guerra Mundial e os imigrantes provenientes de outras regiões de São Paulo contribuíram para o não isolamento e o acesso às novas técnicas de agricultura e introdução de novos costumes.

O desenvolvimento do núcleo de Mata Segredo resultou da produção de aguardente e café. Atualmente nota-se a presença de modernas máquinas agrícolas.



Na culinária o soba é famoso e foi em Campo Grande que se abriu o 1º restaurante especializado neste prato.

Foto: soba

Campo Grande registra a maior concentração de descendentes de Okinawa, mas eles estão presentes também em outras regiões de Mato Grosso, do Sul, como a região entre Dourados e Ponta Porã.

Fonte: “O imigrante japonês – história de sua vida no Brasil” – Tomoo Handa

Cemitério de Álvares Machado – patrimônio histórico



Álvares Machado localiza-se na Alta Sorocabana, entre Presidente Prudente e Presidente Bernardes. A cidade tem cerca de 24 mil habitantes e fica a 576 km da capital de São Paulo. No passado muitos imigrantes japoneses foram agricultores na Alta Sorocabana, no trecho entre Rancharia e Presidente Wenceslau.

Foto: Wikipedia

Na zona rural do município, distante uns 7 quilômetros da sede, existe o único cemitério japonês do hemisfério sul que funcionou no período de 1918 até 1943, quando interpretado como uma segregação racial foi fechado pelo presidente Getúlio Vargas. Ali estão sepultadas 784 pessoas de origem japonesa e um brasileiro que morrera defendendo uma família japonesa.

O cemitério foi criado pelos imigrantes japoneses na época para resolver o aumento das mortes causado pela epidemia da febre amarela. O local para o sepultamento mais próximo ficava na cidade de Presidente Prudente, distante 15km, que eram percorridos a pé por rudimentares estradas rurais.



Fotos: arquivo G1

Todos os anos, desde 1920, no segundo domingo de julho é realizado o “shokonsai”, missa para as almas em homenagem à memória aos que ali estão sepultados. Relata-se fato curioso: desde então no dia do “shokonsai” não tem chovido e no final da tarde não venta, permitindo que as velas permaneçam acesas em todos os túmulos. No local e nesta data também se realiza a oração pela paz e em memória aos soldados de todas as nações falecidos na 2ª guerra mundial.



Fotos: Shokonsai - André Rodrigues

O “shokonsai” acabou se tornando um acontecimento importante na região, atraindo famílias também de locais distantes. No passado, quando a quantidade de automóveis era pequena, caminhões e tratores traziam desde cedo grandes multidões. No evento são apresentadas coisas típicas do Japão, como danças regionais, músicas e alimentos, somente terminando ao anoitecer. Próximo ao cemitério existe um casarão bastante antigo que sempre foi utilizado como sede da comunidade japonesa local e também como escola rural.



Casarão – sede da comunidade.
foto: Museu Histórico Municipal de Alvares Machado

O cemitério foi tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turismo do Estado de São Paulo) em julho de 1.980.

Fonte: Wikipedia e Museu Histórico – Prefeitura Municipal de Alvares Machado

Curiosidades

O Sol Nascente e a Amazônia: semelhanças e contrastes

1. Andor Sagrado e Círio de Nazaré



Proissão do Andor Sagrado - Japão.
祭典の行進。日本



Berlinda da procissão do Círio de Nazaré - Belém. Foto de Luiz Braga.
ナザレの運目礼拝行進の輿。
ベレン、写真ルイス・ブラガ

2. O delicado e belo “bonsai” e a frondosa sumaúma



O “bonsai” de “matsu” e a enorme sumaúma, os dois com a mesma idade, 90 anos. Foto L. Marigo, arquivo CVRD.

松の盆栽と巨大なカボック。
双方共に樹年は90年。
(写真、L. マリゴ) CVRD蔵

Fotos: livro “O Sol Nascente na Amazônia”, concepção, pesquisa e coordenação de Romeu do Nascimento Teixeira, publicado pela ALBRAS- Alumínio Brasileiro S.A.

A Política

Deputado Camacho ao voltar de Vassouras tenta convencer Rubião, principal personagem do livro, a se candidatar deputado por Minas.

- Candidato eu? (Rubião)

- Pois então quem? Camacho demonstrou que não podia haver melhor. Tinha serviços em Minas, não tinha?

- Alguns.

- Aqui os tem de grande relevância. Mantendo comigo o órgão dos princípios (referência ao Atalaia, jornal mantido por Camacho), tem recebido solidariamente os golpes que me dão, além dos sacrifícios que todos fazemos pelo lado pecuniário. Sobre isto não me diga nada. Digo-lhe que hei de fazer o que puder. Demais, o senhor é a melhor solução de divergência.

- Divergência?

- Sim, o Dr. Hermenegildo, de Catas-Altas, e o coronel Romualdo; dizem que ambos, em caso de vaga, querem apresentar-se; é dividir os votos...

- Seguramente; mas teimam?

- Creio que não teimarão, quando eu lhes mandar daqui confirmação dos chefes... Hão de ouvir-me, e adotar o que lhes proponho.

- Rubião, comovido, fez ainda outras perguntas acerca da luta e da vitória, se eram precisas despesas já, ou carta de recomendação e pedido, e como é que se havia de ter notícia frequente do enfermo, (deputado de Minas, gravemente enfermo, cuja vaga é o motivo da disputa), etc. Camacho respondia a tudo; mas recomendava-lhe cautela. Em política, disse ele, uma coisa de nada desvia o curso da campanha e dá a vitória ao adversário. Contudo, ainda que não saísse vencedor, tinha Rubião a vantagem de ficar com o seu nome sufragado; e o precedente contava-se por um serviço.

- Firmeza e paciência, concluiu. E logo em seguida:

- Eu próprio que sou, senão um exemplo de paciência e firmeza? A minha província está entregue a um grupo de bandidos; não há outro nome para a gente dos Pinheiros; e além disso, digo-lhe isto com dor e em particular, tenho amigos que me intrigam, uns ganhadores, que querem ver se o partido me repele e se me tomam o lugar... Uns biltres! Ah! Meu caro Rubião, isto de política pode ser comparado à paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo; não falta nada, nem o discípulo que nega, nem o discípulo que vende. Coroa de espinhos, bofetadas, madeiro, e afinal morre-se na cruz das ideias, pregado pelos cravos da inveja, da calúnia e da ingratidão”.

Machado de Assis em “Quincas Borba”.



Anexo Estatístico

1. Brasil: população residente (1000 habitantes)

| Censo | Urbana | Rural | Total | Crescimento anual (%) * |
|--------|-----------|----------|-----------|-------------------------|
| 1872 | - | - | 9.930,5 | |
| 1890 | - | - | 14.333,9 | 2,06 |
| 1900 | - | - | 17.438,4 | 1,98 |
| 1920 | - | - | 30.635,6 | 2,91 |
| 1940 | 12.880,2 | 28.356,1 | 41.236,3 | 1,49 |
| 1950 | 18.782,3 | 33.161,5 | 51.944,4 | 2,39 |
| 1960 | 31.303,0 | 38.767,4 | 70.070,5 | 2,99 |
| 1970 | 52.097,3 | 41.037,6 | 93.134,8 | 2,89 |
| 1980 | 80.437,3 | 38.573,8 | 119.011,1 | 2,48 |
| 1990 | 108.714,7 | 36.110,4 | 144.825,2 | 1,93 |
| 2000 | 137.954,0 | 31.845,2 | 169.799,2 | 1,64 |
| 2010 | 160.925,8 | 29.830,0 | 190.755,8 | 1,17 |
| 2020 # | | | 212.077,4 | 1,1 |
| 2030 | | | 223.126,9 | 0,5 |
| 2040 | | | 228.153,2 | 0,2 |
| 2050 | | | 226.347,7 | -0,1 |
| 2060 | | | 218.173,9 | -0,4 |

Fonte: IBGE; (*) em relação ao censo anterior, (#) 2020-60 projeção IBGE

2. Brasil: população por grupos de idade (1000)

| Ano | 0 – 14 anos | 15 – 64 anos | 65 anos e mais |
|------|-------------|--------------|----------------|
| 1950 | 22.432,0 | 29.937,2 | 1.452,9 |
| 1960 | 31.479,8 | 38.894,8 | 2.139,1 |
| 1970 | 40.676,0 | 51.815,6 | 3.120,9 |
| 1980 | 45.339,9 | 68.464,2 | 4.758,5 |
| 1991 | 52.022,0 | 90.418,5 | 6.653,7 |
| 2000 | 52.107,1 | 111.619,1 | 9.722,2 |
| 2010 | 49.934,1 | 132.310,3 | 13.253,4 |
| 2020 | 44.315,0 | 147.780,0 | 19.982,3 |
| 2030 | 39.256,9 | 153.881,5 | 29.988,5 |
| 2040 | 35.441,1 | 152.595,2 | 40.116,9 |
| 2050 | 31.849,2 | 143.233,8 | 51.264,7 |
| 2060 | 28.332,8 | 131.429,5 | 58.411,6 |

Fonte: IBGE

3. Brasil: Produto Interno Bruto Real, taxas anuais de variação (%)

| Ano | Variação % | Ano | Variação % | Ano | Variação % |
|------|------------|------|------------|------|------------|
| 1948 | 9,7 | 1949 | 7,7 | 1950 | 6,8 |
| 1951 | 4,9 | 1952 | 7,3 | 1953 | 4,7 |
| 1954 | 7,8 | 1955 | 8,8 | 1956 | 2,9 |
| 1957 | 7,7 | 1958 | 10,8 | 1959 | 9,8 |
| 1960 | 9,4 | 1961 | 8,6 | 1962 | 6,6 |
| 1963 | 0,6 | 1964 | 3,4 | 1965 | 2,4 |
| 1966 | 6,7 | 1967 | 4,2 | 1968 | 6,6 |
| 1969 | 9,5 | 1970 | 10,4 | 1971 | 11,3 |
| 1972 | 11,9 | 1973 | 14,0 | 1974 | 8,2 |
| 1975 | 5,2 | 1976 | 10,3 | 1977 | 4,9 |
| 1978 | 5,0 | 1979 | 6,8 | 1980 | 9,2 |
| 1981 | -4,3 | 1982 | 0,8 | 1983 | -2,9 |
| 1984 | 5,4 | 1985 | 7,8 | 1986 | 7,5 |
| 1987 | 3,5 | 1988 | -0,1 | 1989 | 3,2 |
| 1990 | -4,3 | 1991 | 1,0 | 1992 | -0,5 |
| 1993 | 4,7 | 1994 | 5,3 | 1995 | 4,4 |
| 1996 | 2,2 | 1997 | 3,4 | 1998 | 0,3 |
| 1999 | 0,5 | 2000 | 4,4 | 2001 | 1,4 |
| 2002 | 3,1 | 2003 | 1,1 | 2004 | 5,8 |
| 2005 | 3,2 | 2006 | 4,0 | 2007 | 6,1 |
| 2008 | 5,1 | 2009 | -0,1 | 2010 | 7,5 |
| 2011 | 4,0 | 2012 | 1,9 | 2013 | 3,0 |
| 2014 | 0,5 | 2015 | -3,8 | 2016 | -3,6 |
| 2017 | 1,0 | | | | |

Fonte: IBGE

4. Brasil: taxas anuais de inflação (%)

| Ano | IGPDI - FGV | IPC - FIPE | IPCA - FIBGE | INPC - FIBGE |
|------|-------------|------------|--------------|--------------|
| 1950 | 12,4 | 3,7 | - | - |
| 1951 | 12,3 | 11,3 | - | - |
| 1952 | 12,7 | 27,2 | - | - |
| 1953 | 20,5 | 19,3 | - | - |
| 1954 | 25,9 | 22,6 | - | - |
| 1955 | 12,1 | 18,4 | - | - |

| Ano | IGPDI - FGV | IPC - FIPE | IPCA - FIBGE | INPC - FIBGE |
|------|-------------|------------|--------------|--------------|
| 1956 | 24,5 | 26,5 | - | - |
| 1957 | 7,0 | 13,7 | - | - |
| 1958 | 24,4 | 22,6 | - | - |
| 1959 | 39,4 | 42,7 | - | - |
| 1960 | 30,5 | 32,2 | - | - |
| 1961 | 47,8 | 43,5 | - | - |
| 1962 | 51,6 | 61,7 | - | - |
| 1963 | 79,9 | 80,5 | - | - |
| 1964 | 92,1 | 85,6 | - | - |
| 1965 | 34,2 | 41,2 | - | - |
| 1966 | 39,1 | 46,3 | - | - |
| 1967 | 25,0 | 25,3 | - | - |
| 1968 | 25,5 | 25,2 | - | - |
| 1969 | 19,3 | 22,6 | - | - |
| 1970 | 19,3 | 17,5 | - | - |
| 1971 | 19,5 | 20,6 | - | - |
| 1972 | 15,7 | 17,5 | - | - |
| 1973 | 15,5 | 14,0 | - | - |
| 1974 | 34,5 | 33,0 | - | - |
| 1975 | 29,3 | 29,3 | - | - |
| 1976 | 46,3 | 38,1 | - | - |
| 1977 | 38,8 | 41,1 | - | - |
| 1978 | 40,8 | 39,9 | - | - |
| 1979 | 77,2 | 67,2 | - | 50,1 |
| 1980 | 110,2 | 84,7 | 99,3 | 99,7 |
| 1981 | 95,2 | 90,9 | 95,6 | 93,5 |
| 1982 | 99,7 | 94,6 | 104,8 | 100,3 |
| 1983 | 211,0 | 164,1 | 164,0 | 178,0 |
| 1984 | 223,8 | 178,6 | 215,3 | 209,1 |
| 1985 | 235,1 | 228,2 | 242,2 | 239,0 |
| 1986 | 65,0 | 68,1 | 79,7 | 59,2 |
| 1987 | 415,8 | 367,1 | 363,4 | 394,7 |
| 1988 | 1.037,6 | 891,7 | 980,2 | 993,2 |
| 1989 | 1.782,9 | 1.635,8 | 1.972,9 | 1.863,6 |
| 1990 | 1.476,7 | 1.639,1 | 1.621,0 | 1.585,3 |
| 1991 | 480,2 | 458,6 | 472,7 | 475,1 |

| Ano | IGPDI - FGV | IPC - FIPE | IPCA - FIBGE | INPC - FIBGE |
|------|-------------|------------|--------------|--------------|
| 1992 | 1.157,8 | 1.129,4 | 1.119,1 | 1.149,0 |
| 1993 | 2.708,2 | 2.491,0 | 2.477,1 | 2.489,1 |
| 1994 | 1.093,9 | 941,2 | 916,4 | 929,3 |
| 1995 | 14,8 | 23,2 | 22,4 | 22,0 |
| 1996 | 9,3 | 10,0 | 9,6 | 9,1 |
| 1997 | 7,5 | 4,8 | 5,2 | 4,3 |
| 1998 | 1,7 | - 1,8 | 1,7 | 2,5 |
| 1999 | 20,0 | 8,6 | 8,9 | 8,4 |
| 2000 | 9,8 | 4,4 | 6,0 | 5,3 |
| 2001 | 10,4 | 7,1 | 7,7 | 9,4 |
| 2002 | 26,4 | 9,9 | 12,5 | 14,7 |
| 2003 | 7,7 | 8,2 | 9,3 | 10,4 |
| 2004 | 12,1 | 6,6 | 7,6 | 6,1 |
| 2005 | 1,2 | 4,5 | 5,7 | 5,0 |
| 2006 | 3,8 | 2,2 | 3,1 | 2,8 |
| 2007 | 7,9 | 4,4 | 4,5 | 5,2 |
| 2008 | 9,1 | 6,2 | 5,9 | 6,5 |
| 2009 | -1,4 | 3,7 | 4,3 | 4,1 |
| 2010 | 11,3 | 6,4 | 5,9 | 6,5 |
| 2011 | 5,0 | 5,8 | 6,5 | 6,1 |
| 2012 | 8,1 | 5,1 | 5,8 | 6,2 |
| 2013 | 5,5 | 3,9 | 5,9 | 5,6 |
| 2014 | 3,8 | 5,2 | 6,4 | 6,2 |
| 2015 | 10,7 | 11,1 | 10,7 | 11,3 |
| 2016 | 7,2 | 6,5 | 6,3 | 6,6 |
| 2017 | -0,4 | 2,3 | 2,9 | 2,1 |

IGP-DI: índice geral de preços, disponibilidade interna, FGV
IPC-FIPE: índice de preços ao consumidor, FIPE/USP
IPCA: índice de preços ao consumidor ampliado, IBGE
INPC: índice nacional de preços ao consumidor, IBGE

Brasil: Contas externas (US\$ bi)*

| | Exportações | Importações | S. comercial | Serv. + rendas | Saldo em C/C |
|------|-------------|-------------|--------------|----------------|--------------|
| 1945 | 0,66 | 0,32 | 0,33 | 0,08 | 0,25 |
| 6 | 0,98 | 0,59 | 0,39 | 0,18 | 0,19 |
| 7 | 1,15 | 1,06 | 0,10 | 0,28 | -0,20 |
| 8 | 1,18 | 0,97 | 0,21 | 0,31 | -0,11 |
| 9 | 1,10 | 0,96 | 0,13 | 0,27 | -0,13 |
| 1950 | 1,35 | 0,94 | 0,41 | 0,32 | 0,09 |
| 1 | 1,77 | 1,72 | 0,04 | 0,54 | -0,49 |
| 2 | 1,42 | 1,72 | -0,30 | 0,42 | -0,72 |
| 3 | 1,54 | 1,14 | 0,39 | 0,39 | -0,01 |
| 4 | 1,56 | 1,43 | 0,15 | 0,38 | -0,24 |
| 5 | 1,42 | 1,10 | 0,32 | 0,34 | -0,03 |
| 6 | 1,48 | 1,07 | 0,41 | 0,42 | -0,02 |
| 7 | 1,39 | 1,28 | 0,11 | 0,39 | -0,30 |
| 8 | 1,23 | 1,18 | 0,07 | 0,33 | -0,26 |
| 9 | 1,28 | 1,21 | 0,07 | 0,41 | -0,34 |
| 1960 | 1,27 | 1,29 | -0,02 | 0,50 | -0,52 |
| 1 | 1,40 | 1,29 | 0,11 | 0,39 | -0,26 |
| 2 | 1,21 | 1,30 | -0,09 | 0,40 | -0,45 |
| 3 | 1,41 | 1,20 | 0,11 | 0,33 | -0,17 |
| 4 | 1,43 | 1,09 | 0,34 | 0,32 | 0,08 |
| 5 | 1,59 | 0,94 | 0,65 | 0,45 | 0,28 |
| 6 | 1,74 | 1,30 | 0,44 | 0,55 | -0,03 |
| 7 | 1,65 | 1,44 | 0,21 | 0,57 | -0,28 |
| 8 | 1,88 | 1,85 | 0,03 | 0,63 | -0,58 |
| 9 | 2,31 | 1,99 | 0,32 | 0,71 | -0,36 |
| 1970 | 2,74 | 2,51 | 0,23 | 1,09 | -0,84 |
| 1 | 2,90 | 3,25 | -0,34 | 1,30 | -1,63 |
| 2 | 3,99 | 4,23 | -0,24 | 1,45 | -1,69 |
| 3 | 6,20 | 6,19 | 0,01 | 2,12 | -2,08 |
| 4 | 7,95 | 12,64 | -4,69 | 2,81 | -7,50 |
| 5 | 8,67 | 12,21 | -3,54 | 3,46 | -7,00 |
| 6 | 10,13 | 12,38 | -2,25 | 4,17 | -6,43 |
| 7 | 12,12 | 12,02 | 0,01 | 4,92 | -4,83 |
| 8 | 12,66 | 13,68 | -1,02 | 6,03 | -7,00 |
| 9 | 15,24 | 18,08 | -2,84 | 7,88 | -10,71 |
| 1980 | 20,10 | 23,00 | -2,80 | 10,10 | -12,70 |
| 1 | 23,30 | 22,10 | 1,20 | 13,10 | -11,70 |
| 2 | 20,20 | 19,40 | 0,80 | 17,00 | -16,30 |
| 3 | 21,90 | 15,40 | 6,50 | 13,40 | -6,80 |
| 4 | 27,00 | 13,90 | 13,10 | 13,20 | 0,10 |
| 5 | 25,60 | 13,20 | 12,50 | 12,90 | -0,20 |
| 6 | 22,30 | 14,00 | 8,30 | 13,70 | -5,30 |
| 7 | 26,20 | 15,10 | 11,20 | 12,70 | -1,40 |
| 8 | 33,80 | 14,60 | 19,20 | 15,10 | 5,20 |
| 9 | 34,40 | 18,30 | 16,10 | 15,30 | 1,00 |

Brasil: Contas externas (US\$ bi)* - continuação

| | Exportações | Importações | S. comercial | Serv. + rendas | Saldo em C/C |
|------|-------------|-------------|--------------|----------------|--------------|
| 1990 | 31,40 | 20,70 | 10,80 | 15,40 | -3,80 |
| 1 | 23,30 | 22,10 | 1,20 | 13,10 | -1,40 |
| 2 | 35,80 | 20,60 | 15,20 | 11,30 | 6,10 |
| 3 | 38,60 | 25,30 | 13,30 | 15,60 | -0,70 |
| 4 | 43,50 | 33,10 | 10,50 | 14,70 | -1,80 |
| 5 | 46,42 | 50,99 | -4,57 | 17,76 | -18,71 |
| 6 | 47,71 | 54,35 | -6,64 | 19,65 | -23,84 |
| 7 | 52,82 | 60,80 | -7,98 | 24,70 | -30,85 |
| 8 | 51,11 | 58,84 | -7,73 | 27,62 | -33,89 |
| 9 | 48,26 | 50,38 | -2,12 | 25,44 | -25,87 |
| 2000 | 55,31 | 56,94 | -1,62 | 24,69 | -24,79 |
| 1 | 58,26 | 56,73 | 1,53 | 26,89 | -23,72 |
| 2 | 60,43 | 48,38 | 12,05 | 22,54 | -8,10 |
| 3 | 73,11 | 49,36 | 23,75 | 22,86 | 3,76 |
| 4 | 96,44 | 63,90 | 32,54 | 24,43 | 11,35 |
| 5 | 118,25 | 74,82 | 43,43 | 33,44 | 13,55 |
| 6 | 137,81 | 92,69 | 45,12 | 36,40 | 13,03 |
| 7 | 160,67 | 122,18 | 38,48 | 42,10 | 0,41 |
| 8 | 198,38 | 174,58 | 23,80 | 58,67 | -30,64 |
| 9 | 153,61 | 128,65 | 24,96 | 54,56 | -26,26 |
| 2010 | 201,32 | 182,83 | 18,49 | 97,21 | -75,82 |
| 1 | 255,51 | 227,88 | 27,63 | 107,64 | -77,03 |
| 2 | 242,28 | 224,86 | 17,42 | 94,48 | -74,22 |
| 3 | 241,58 | 241,19 | 0,39 | 78,91 | -74,84 |
| 4 | 224,10 | 230,73 | -6,63 | 100,28 | -104,18 |
| 5 | 190,09 | 172,42 | 17,67 | 79,86 | -59,43 |
| 6 | 184,45 | 139,42 | 45,04 | 71,53 | -23,55 |
| 7 | 217,80 | 150,73 | 67,07 | 76,42 | -9,76 |

*Dados a partir de 1995 correspondem à nova metodologia de apuração (BPM6). Fonte: Secex/MDIC



Comissão de Relações Empresariais

Akihiro Ikeda - Presidente
Isidoro Yamanaka – Vice-Presidente
Kazuo Watanabe – Vice-Presidente
Mitie Nagoshi Mantoku - Secretária
Eiki Shimabukuro
Harumi Arashiro Goya
Henrique Shiguemi Nakagaki
Paulo Hirai
Pedro Paulo Cardoso de Melo
Roberto Yoshihiro Nishio
Tuyoci Ohara

Comitê de Redação: Kazuo Watanabe, Tuyoci Ohara e Mitie Nagoshi Mantoku

Revisor: Roberto Yoshihiro Nishio

Consultas, dúvidas e comentários

Encaminhar para: Mitie Nagoshi Mantoku - e-mail: comissao.empresarial@bunkyo.org.br

Nota: as opiniões emitidas nos artigos são exclusivas dos autores de artigos.